



UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

SABRINA DA SILVA FRANÇA

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL: EXPERIÊNCIAS QUE REPERCUTEM NA SAÚDE
MENTAL DE PRETOS E PARDOS**

SOBRAL-CEARÁ

2024

SABRINA DA SILVA FRANÇA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL: EXPERIÊNCIAS QUE REPERCUTEM NA SAÚDE
MENTAL DE PRETOS E PARDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliany Nazaré Oliveira.

SOBRAL-CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Sistema de Bibliotecas

França , Sabrina da Silva

Discriminação Racial: Experiências que repercutem na saúde mental de pretos e pardos / Sabrina da Silva França . -- Sobral, 2024.

84 f. il. color.

Orientador: Prof^a. Ph.D. Eliany Nazaré Oliveira .

Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Enfermagem , Centro de Ciências da Saúde

1. Discriminação Racial . 2. Racismo Cotidiano . 3. Saúde Mental . I. Título.

SABRINA DA SILVA FRANÇA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL: EXPERIÊNCIAS QUE REPERCUTEM NA SAÚDE
MENTAL DE PRETOS E PARDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em: 18/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Eliany Nazaré Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof.^a Dra. Maria Socorro Carneiro Linhares
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Enf. Especialista Marcos Pires Campos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, Francisca e Francisco, e irmãs,
Samara e Vitória.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pois se estou realizando este sonho, é por providência e intermédio Dele. Deus, em tudo o que faz, é justo e bom, até aqui me deu força e coragem para lutar pelos meus objetivos.

Aos meus pais, Francisco de Souza França e Francisca Portela da Silva França, às minhas irmãs, Samara da Silva França e Vitória da Silva França, e aos meus avós maternos, Honorinda Francelina Portela da Silva e José Antônio da Silva. O apoio, a compreensão e o incentivo dessas pessoas foram indispensáveis para o êxito da minha trajetória acadêmica. Assim como tenho muito orgulho das pessoas virtuosas e cheias de garra que são meus pais, neste momento, também tenho certeza de que estou dando orgulho a eles, afinal, sou a primeira filha que eles irão ver se formar em um curso de ensino superior e em uma universidade pública. Pai e Mãe, conseguimos!

A todos os meus colegas de turma, nos últimos anos, eles se tornaram família, são sinônimo de responsabilidade, competência, proatividade e humanização. Em especial, a Vivia Soares Lopes, Luiz Guilherme de Sousa Cunha e Jansen Leone do Nascimento Santos, levarei vocês para a vida, dizem que somos a soma das cinco pessoas que mais convivemos, se Deus me conceder a graça de ser uma profissional que tenha um pouquinho de cada um de vocês, tenho certeza de que terei muito sucesso.

Aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Saúde Mental e Cuidado (GESAM), obrigada por tudo. Em nome de Emília do Nascimento Silva e Letícia Mara Cavalcante Lima, a todos que fazem parte do GESAM. Fazer parte deste grupo potente me proporcionou vivenciar experiências enriquecedoras, o GESAM me fez começar a materializar e perceber que meus sonhos podem sim, se tornar reais.

A todos os professores que compõem o corpo docente do curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), gratidão, foi um privilégio enorme fazer parte deste curso, chega a ser inexplicável descrever como é prazeroso e o quanto me enche de orgulho dizer que em breve serei Enfermeira formada pela UVA.

Aos membros que estão fazendo parte da banca examinadora, Professora Maria Socorro Carneiro Linhares e Marcos Pires Campos, obrigado por estarem presentes neste momento.

A todos os profissionais que conheci e convivi durante minha graduação, em especial a minha preceptora do Internato I, Ana Gabriella Silva de Araújo que me ensinou tanto e é exemplo de profissional para mim, gratidão Gabi.

E, por fim, exponho toda a minha gratidão e admiração pela minha professora e orientadora, Eliany Nazaré Oliveira. Em todos esses anos de graduação, acolheu-me e me ensinou muito mais do que o fazer da Enfermagem ou como produzir trabalhos científicos, minha orientadora é realmente como uma mãe, que não passa a mão na cabeça de ninguém, mas sempre mostra o melhor caminho para crescer, se destacar. Admiro esta pessoa, em vários aspectos, sei que sua história é de muita luta e resiliência, mas conseguiu alcançar lugares imensuráveis. Minha orientadora é responsável, competente, além de ser uma líder nata. A profissional que serei terá um pouco dela, e isto me alegra. Obrigada professora!

“Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

(Josué 1:9).

RESUMO

Introdução: A escravidão de pessoas pretas e pardas em terras brasileiras teve o fim decretado oficialmente em 1888, porém, ainda hoje, principalmente, os pretos sofrem constantemente com os efeitos do preconceito racial, fruto de um fenômeno denominado racismo. O racismo deve ser reconhecido como o grande responsável pelo cenário de exclusão ao qual pretos e pardos ainda sofrem no país. Além disso, a discriminação racial se configura como um dos maiores eventos estressores do cotidiano de pretos e pardos, esse contexto desencadeia sintomas psicológicos e gera sofrimento mental. Desta forma, aponta-se a importância da realização deste estudo como passo no enfrentamento do processo de discriminação racial e se justifica pela necessidade de maior produção científica acerca desses assuntos, com objetivo de auxiliar a compreensão e intervenção do problema aqui apresentado. **Objetivo:** Analisar as experiências de discriminação racial sofridas por pessoas pretas e pardas. **Metodologia:** Estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa. Recorte de pesquisa ampla intitulada: “Experiências de Discriminação Sofridas por Negros”, realizada de setembro a novembro de 2021, com amostra de 205 participantes, com idade acima de 18 anos que se autodeclararam pretos ou pardos. A coleta de dados ocorreu durante a pandemia da Covid-19. O instrumento foi organizado e disponibilizado pelo *Google Forms*. Para este recorte, realizou-se análises sobre tratamento injusto, situações/locais e quantidade de experiências de discriminação vivenciadas pelos participantes, além disso, também foram analisados os relatos dos participantes diante o questionamento: “Como estas experiências podem afetar sua saúde mental?”, pergunta que estava inserida na terceira faceta do instrumento. A análise dos dados quantitativos foi auxiliada pelos testes de Qui-quadrado e/ou de razão de verossimilhança, já os dados qualitativos foram analisados de acordo com a codificação de Flick (2009). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Vale do Acaraú, conforme Parecer nº 4.831.239. **Resultados:** Destacaram-se, como maioria, participantes do sexo feminino, 71,4% (n=145); com faixa etária entre 20 e 25 anos. Com relação ao tratamento injusto voltado à discriminação racial, 12,7% (n=26) dos participantes assinalaram aceitar o fato, enquanto 87,3% (n=178) tentavam alguma coisa, constatou-se também que 41,8% (n=84) dos participantes sofreram entre quatro ou mais experiências de discriminação racial na escola. Além disso, a partir dos relatos dos participantes, emergiram quatro categorias que explicam como a discriminação racial repercute na saúde mental, sendo elas: Impactos da autoestima, Sentimento de Inferioridade, Desenvolvimento de Traumas/Medos e Surgimento de Ansiedade e Depressão. Em síntese, as categorias apresentam que a discriminação racial aflora baixa

autoestima, causa distorção de imagem, os participantes relataram se sentirem indignos, incapazes, impotentes e desvalorizados, além de potencializarem sensações como perseguição, pavor e receio de ser tratado injustamente, podendo, também, desencadear ansiedade e depressão. **Considerações Finais:** Evidenciou-se que os participantes constantemente sofriam com experiências de discriminação racial em diversos espaços e estas vivências negativas impactavam significativamente na saúde mental, afetando as relações sociais das pessoas pretas e pardas.

Palavras-chave: discriminação racial; racismo cotidiano; saúde mental.

ABSTRACT

Introduction: The slavery of black and brown people in Brazilian lands officially ended in 1888, however, even today, especially black people constantly suffer from the effects of racial prejudice, the result of a phenomenon called racism. Racism must be recognized as largely responsible for the scenario of exclusion that black and brown people still suffer from in the country. Furthermore, racial discrimination is one of the biggest stressful events in the daily lives of black and brown people, this context triggers psychological symptoms and generates mental suffering. In this way, the importance of carrying out this study is highlighted as a step in confronting the process of racial discrimination and is justified by the need for greater scientific production on these subjects, with the aim of helping to understand and intervene in the problem presented here. **Objective:** To analyze the experiences of racial discrimination suffered by black and brown people. **Methodology:** Exploratory, descriptive and cross-sectional study, with a quantitative and qualitative approach. Excerpt from a broad survey entitled: “Experiences of Discrimination Suffered by Black People”, carried out from September to November 2021, with a sample of 205 participants, over the age of 18 who declare themselves black or mixed race. Data collection took place during the Covid-19 pandemic. The instrument was organized and made available via Google Forms. For this section, analyzes were carried out on unfair treatment, situations/places and the number of experiences of discrimination experienced by the participants. In addition, the participants' reports were also analyzed regarding the question: “How can these experiences affect your mental health?”, a question that was inserted in the third facet of the instrument. The analysis of quantitative data was aided by Chi-square and/or likelihood ratio tests, while qualitative data was analyzed according to Flick's (2009) coding. The study was approved by the Ethics Committee of Universidade Estadual Vale do Acaraú, according to Opinion No. 4,831,239. **Results:** The majority of participants were female, 71.4% (n=145); aged between 20 and 25 years. Regarding unfair treatment aimed at racial discrimination, 12.7% (n=26) of the participants indicated that they accepted the fact, while 87.3% (n=178) tried something, it was also found that 41.8% (n=84) of participants suffered four or more experiences of racial discrimination at school. Furthermore, from the participants' reports, four categories emerged that explain how racial discrimination impacts mental health, namely: Impacts on self-esteem, Feeling of Inferiority, Development of Trauma/Fears and Emergence of Anxiety and Depression. In summary, the categories show that racial discrimination brings about low self-esteem, causes image distortion, participants reported feeling unworthy, incapable, powerless and devalued, in

addition to enhancing feelings such as persecution, fear and fear of being treated unfairly, which can also, trigger anxiety and depression. **Final Considerations:** It was evident that participants constantly suffered from experiences of racial discrimination in different spaces and these negative experiences had a significant impact on mental health, affecting the social relationships of black and brown people.

Keywords: racial discrimination; everyday racism; mental health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma de busca e seleção de obras, de acordo com as recomendações do PRISMA	25
Figura 2 - Principais temáticas abordadas nos estudos.....	27
Figura 3 - Percentagem de participantes por unidade federativa e região geográfica, 2023	40
Figura 4 - Diagrama representativo das categorias que emergiram, de acordo com os relatos dos participantes.....	48
Figura 5 - Nuvem representativa do compilado de palavras que se destacaram nas falas dos participantes.....	49
Figura 6 - Apresentação das palavras de maior destaque nas falas dos participantes	52
Figura 7 - Nuvem de palavras representativa das falas dos participantes	54
Figura 8 - Nuvem de palavras que representam as principais expressões utilizadas pelos participantes para definir como a discriminação racial afeta a saúde mental.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos estudos, de acordo com título, ano, autores, tipo de obra e métodos	26
Quadro 2 - Apresentação dos estudos, conforme objetivos e principais resultados.....	27
Quadro 3 - Distribuição geográfica dos estudos selecionados, com base na abrangência	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentagem de participantes por unidade federativa e região geográfica, 2024.....	40
Tabela 2 - Distribuição do número de participantes, segundo variáveis sociodemográficas, 2023	41
Tabela 3 - Apresentação dos dados sociodemográficos em relação ao questionamento “Se você sente que é tratado injustamente, você geralmente”, 2023	42
Tabela 4 - Apresentação dos dados sociodemográficos e a relação com o questionamento “Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente”, 2023	43
Tabela 5 - Apresentação das situações relacionadas à experiência de discriminação, 2023.....	45
Tabela 6 - Apresentação dos dados sociodemográficos em relação às experiências de discriminação, 2023.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFC	Análise Fatorial Combinatória
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPSij	Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
ERIC	<i>Education Resources Information Center</i>
GESAM	Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental e Cuidado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDDD	Instituto de Defesa do Direito de Defesa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LILACS	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LISAM	Liga Interdisciplinar em Saúde Mental
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
MeSH	<i>Medical Subject Headings</i>
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBPU	Programa Bolsa Permanência Universitária
PIC	Programa de Iniciação Científica
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses</i>
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SCOPUS	SciVerse Scopus
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
VME	Variância Extraída

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Encontro com o objeto de estudo	16
1.2	Contextualização do objeto de estudo	17
1.3	Justificativa e relevância	19
2	OBJETIVOS	22
2.1	Geral	22
2.2	Específicos	22
3	REVISÃO DA LITERATURA	23
3.1	Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa	23
3.2	Discriminação racial e saúde mental de pretos e pardos	31
4	METODOLOGIA	35
4.1	Tipo de estudo	35
4.2	Local do estudo	35
4.3	Participantes do estudo	36
4.4	Período da coleta	36
4.5	Instrumento da coleta de dados	36
4.6	Métodos e procedimentos	37
4.7	Análise dos dados	38
4.8	Aspectos éticos	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
5.1	Impactos na autoestima	49
5.2	Sentimento de inferioridade	51
5.3	Desenvolvimento de traumas/medos	54
5.4	Surgimento de ansiedade e depressão	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	76
	ANEXO A - ESCALA DE EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO	78
	ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	80
	ANEXO C- DECLARAÇÃO	83

1 INTRODUÇÃO

1.1 Encontro com o objeto de estudo

Logo ao adentrar no curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no segundo semestre, tive a oportunidade de ser ligante da Liga Interdisciplinar em Saúde Mental (LISAM), a qual também integrei a diretoria, minha estadia na Liga durou três anos e meio, durante este período, por meio dos ciclos teóricos que aconteciam semanalmente e das extensões, consegui aprofundar conhecimentos em diversas temáticas relacionadas à saúde mental, além de ter contato com públicos distintos, devido às extensões, o que possibilitou vivenciar experiências enriquecedoras e essenciais para minha formação acadêmica.

Ainda como ligante, fui bolsista do Programa Bolsa Permanência Universitária (PBPU), no ano de 2019, do projeto de extensão A Caixa de Pandora, vinculado a uma pesquisa de mestrado que procurava pesquisar sobre saúde mental de estudantes universitários, o projeto tinha como objetivo promover saúde mental na universidade mediante a escuta ativa. Esse projeto de extensão me proporcionou o primeiro contato com uma pesquisa científica, assim, posteriormente, no ano de 2020, adentrei no Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde Mental e Cuidado (GESAM), ao qual faço parte até o momento.

No decorrer das atividades de extensão desenvolvidas pelo Caixa de Pandora, que aconteciam em todos os campus da UVA, nos encontros que tínhamos com os universitários, eu e outros ligantes tratávamos de assuntos diversificados, e recorrentemente, escutávamos relatos sobre as experiências de discriminação racial que alguns estudantes sofriam em vários espaços e que este fato afetava a saúde mental deles, isto me causava inquietação.

Aliado ao que foi dito acima, em 2021, o GESAM promoveu a pesquisa intitulada “Experiências de Discriminação Racial Sofridas por Negros”, pesquisa que fui bolsista por meio do Programa de Iniciação Científica (PIC/PBPU). Estando no GESAM, também fui bolsista das seguintes pesquisas: “Automutilação em Adolescentes de Escolas Públicas do Município de Sobral”, “Assistência à Saúde de Gestantes Usuárias de Crack: Revisão de Escopo” e em 2023, da pesquisa “Experiências de Discriminação Racial e a Influência na Saúde Mental de Estudantes Universitários”, dentre as pesquisas que participei, as de discriminação racial foram as que eu estive mais envolvimento e afinidade.

Para mais, também exponho que, após participar como bolsista da pesquisa “Experiências de Discriminação Racial Sofridas por Negros” e estudar sobre a temática, comecei a ir para estágios, vivências de extensão e internato, procurando observar na prática como a discriminação racial é tratada pelos profissionais da saúde, e tendo passado por todos os níveis de atenção à saúde: primária, secundária, terciária e gestão, percebi que o assunto não é abordado e passa despercebido. Durante minha graduação, dentro dos módulos ofertados na grade curricular do curso, também não tive contato com a problemática de discriminação racial. Tendo referido essas vivências, surgiu a necessidade de abordar essa temática neste trabalho.

1.2 Contextualização do objeto de estudo

O direito à vida é o principal direito humano. Um Estado democrático deve ofertar e zelar pelo direito à vida dos cidadãos e das cidadãs, sem discriminação e com igualdade de direitos. Por isso, qualquer tentativa de ruptura com a institucionalidade democrática deve ser fortemente combatida, pois ela infringe o direito à vida da população como um todo, especialmente, os segmentos que apresentam maiores desvantagens sociais e vulnerabilidades (Gomes; Laborne, 2018). Assim, a todo brasileiro deve ser garantido condições dignas de vida, livre de qualquer tipo de privação ou exclusão.

Enfatiza-se que a população brasileira é distribuída, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em cinco diferentes categorias raciais: branca, preta, amarela, parda e indígena, sendo a somatória de pretos e parda o que se define como população negra, no país, no ano de 2022, constatou-se que 47% da população brasileira se autodeclarou parda e 9,1 % pretos (IBGE, 2022). E mesmo sendo a junção de pretos e pardos, maioria, o racismo ainda se faz presente, fruto de um passado histórico.

Pressuposto ao que foi dito acima, a escravidão de pessoas pretas e pardas em terras brasileiras teve o fim decretado oficialmente em 1888, porém, ainda hoje, principalmente, a pessoa preta sofre constantemente com os efeitos do preconceito racial, fruto de um fenômeno denominado racismo. De acordo com Lima (2020), o racismo deve ser reconhecido como o grande responsável pelo cenário de exclusão ao qual pretos e pardos ainda sofrem no país atualmente. Este fenômeno, considerado por Ribeiro (2019), como um sistema de opressão, manifesta-se “por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”

(Almeida, 2018, p. 27), e tem como fundamento principal a suposição da existência de raças humanas biológica e socialmente inferiores e superiores.

Kilomba (2019) aponta que, a partir do racismo, de modo simultâneo, as pessoas pretas e pardas passam por três processos: primeiro, há a construção dessas pessoas enquanto diferentes por conta da origem racial; em seguida, essas pessoas não são vistas apenas como diferentes, mas essa diferença implica o estigma e a inferioridade às pessoas brancas; e, por último, acontece a negação do poder às pessoas negras, seja ele histórico, político, social e/ou econômico. Assim, o racismo se manifesta na forma de discriminação racial (Almeida, 2018), em que é posto em prática distinção, restrição, exclusão ou preferência, tendo como base a raça, cor, descendência ou origem étnica (Cordeiro; Ferreira, 2009, p. 353).

Nesse sentido, ao saber que o preconceito de raça ou cor é presente no Brasil, instituiu-se a Lei N° 7. 716, de 5 de janeiro de 1989 que já está em vigor a 34 anos e trata como crimes ações preconceituosas e discriminatórias contra raça, cor, etnia, religião e procedência nacional (Brasil, 1989). Porém, assim como citado por Loureço (2023), mesmo sendo punido em lei, atos racistas acontecem rotineiramente. À vista disso, no ano de 2023, alterando a Lei n° 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, instituiu-se a Lei n° 14. 532, de 11 de janeiro de 2023, que tipifica a injúria racial como crime racial, assim, aplica-se punição a pessoas que discriminem racialmente nos cenários: atividades esportivas e artísticas, racismo religioso e recreativo, além de práticas racistas por parte de funcionários públicos (Brasil, 2023).

O estudo de Barbosa (2020) indica que, no Brasil, há relação entre a discriminação racial e os altos índices de mortalidade entre a juventude preta e parda, sobretudo, por homicídio, fato que pode justificar as mais de 20 mil mortes de jovens pretos e pardos no país a cada ano, segundo estatísticas elaboradas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Brasil, 2018a). Além disso, segundo dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), aos 21 anos, idade em que há mais chances de uma pessoa ser assassinada no Brasil, pretos e pardos têm 147% a mais de chances de serem vítimas de homicídio, em relação a pessoas brancas, amarelas e indígenas, por conta, sobretudo, da discriminação racial (Cerqueira; Coelho, 2017).

Dessa forma, as vivências negativas geradas pelas experiências de discriminação racial podem acometer tanto a saúde física como mental de pessoas pretas e pardas, o racismo deturpa a imagem que o indivíduo tem sobre si, provoca a não aceitação e propicia o surgimento de

doenças mentais como ansiedade e depressão (Cabral *et al.*, 2020). Além disso, o racismo repercute na saúde mental de forma coletiva e individual, afetando as relações pessoais, portanto, pessoas pretas e pardas podem apresentar altos níveis de estresse, déficit no autocuidado, retração social, como também pode desenvolver medos (Tavares; Filho; Santana, 2020) , assim, a saúde destas pessoas merece a devida atenção, por se tratar de público vulnerável e com chances significativas de desenvolver doenças mentais, podendo afirmar que a discriminação racial afeta a saúde de pretos e pardos.

Ao tratar da assistência à saúde prestada a pretos e pardos, é importante citar a Portaria N° 992, de 13 de maio de 2009 que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tem como objetivo geral promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2009). Nesta política, também, é incluído que os profissionais da saúde devem ter acesso a atividades de educação permanente voltadas à temática do racismo e saúde da população negra, receberá incentivo para produzir pesquisas e trabalhos acerca do assunto e voltar-se ao desenvolvimento de práticas que visem diminuição de vulnerabilidades ao público (Psique Negritude *et al.*, 2013).

Porém, a implementação e aplicabilidade da PNSIPN na prática sofre grande resistência, Ignácio e Mattos (2019) apontam que essa política se configura como uma das únicas formas de tratar sobre o cuidado à saúde mental de pretos e pardos no Brasil. Ou seja, o acolhimento e a oferta de cuidado adequado a esse público é deficiente, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) enfrenta grandes dificuldades em reconhecer os efeitos do sofrimento psíquico causado pelo racismo, assim, os profissionais dos serviços não conseguem prestar atendimentos adequados a esse público (Faustino; Oliveira, 2020).

1.3 Justificativa e relevância

Como justificativa, aponta-se a importância da realização deste estudo como passo no enfrentamento do processo de discriminação racial “de forma sistematizada e planejada, abarcando políticas que envolvam as diversas dimensões da vida dos jovens, bem como garantindo igualdade racial e oportunidades iguais” (Brasil, 2018b, p.7). Como apresentado, além de conhecer como funciona e os impactos do racismo, deve-se tomar conhecimento acerca das experiências de discriminação sofridas por pessoas pretas e pardas. Para Guimarães e Pinto (2016), atitudes discriminatórias podem contribuir de forma a prejudicar a formação do

imaginário social dessa população a respeito de si próprios, sendo importante entender como a discriminação racial é experienciada.

Voltando-se à questão de como pretos e pardos encaram as experiências de discriminação racial, no estudo de Fredrich, Coelho e Sanches (2022), realizado com estudantes do curso de medicina de uma instituição de ensino superior, relata-se que as experiências despertam sentimentos negativos, dentre eles, raiva, baixa autoestima, insegurança, tristeza, vergonha, dentre outros. Além disso, em estudo realizado por Oliveira *et al.* (2024a), no qual se analisou a literatura brasileira acerca do racismo e das experiências de discriminação racial contra estudantes, foi possível observar que dentro do ambiente escolar e/ou universitário, o preconceito racial costumam acontecer de maneira implícita, por meio de ofensas disfarçadas de brincadeiras, e estas experiências vivenciadas nestes espaços que ocorrem, geralmente, durante a infância, acabam gerando impactos negativos que se perpetuam por toda a vida.

Dessa forma, este estudo faz-se necessário por se voltar a um tema abrangente e que afeta a grande parcela da população brasileira. Com a exposição de vivências tidas por pretos e pardos diante da discriminação racial, será possível perceber os impactos destas experiências (Pavão *et al.*, 2012; Krieger, 2003). Deste modo, o estudo realizado se posiciona neste sentido, com vista à tentativa de erradicação da discriminação gerada pelo fenômeno do racismo.

Além disso, destaca-se que, como apontam alguns autores (Monteiro; Ceccheto, 2009; Damasceno; Zanello, 2018), a produção científica acerca dos efeitos do racismo, ainda é incipiente, sendo encontrados poucos estudos. Neste sentido, esta pesquisa se justifica, também, tendo em vista a necessidade de maior produção científica acerca desses assuntos, com objetivo de auxiliar a compreensão, intervenção e possível solução do problema aqui apresentado. No campo da saúde, quanto aos profissionais, é preciso ter compreensão e empoderamento do assunto, para oferecer aos pacientes, de forma holista, cuidado adequado às necessidades de cada pessoa. Neste sentido, apresenta-se como pergunta norteadora deste estudo: pessoas pretas e pardas sofrem com as experiências de discriminação racial no cotidiano e em que medida isto repercute na saúde mental deles?

Este trabalho se faz relevante por se tratar de tema pouco explorado, além da importância de se reconhecer o valor de promover maior consciência e compreensão acerca dos modos como o racismo opera e os impactos que têm sobre as pessoas; e de “estudar e reconhecer este impacto para que as consequências das agressões raciais não continuem sendo ignoradas, subestimadas, invisibilizadas” (Damasceno; Zanello, p. 461, 2018). Para a enfermagem e os serviços de saúde, este trabalho ajudará a evidenciar como o fenômeno acontece a partir da

experiência dos sujeitos afetados e contribuirá para melhor compreensão dos profissionais da saúde sobre os efeitos nocivos do racismo na saúde desta população.

É de extrema importância que os profissionais de enfermagem discutam e conheçam a discriminação racial e as repercussões na saúde mental de pretos e pardos. A discriminação racial é um problema que ainda persiste em nossa sociedade e, muitas vezes, passa despercebida no ambiente de saúde. Assim, os profissionais de enfermagem têm papel fundamental no atendimento e cuidado destas pessoas, ao conhecer e discutir sobre o racismo, os profissionais podem se tornar mais sensíveis às necessidades e experiências das pessoas pretas e pardas, garantindo atendimento mais humano e eficaz. Além disso, ao reconhecer a influência da discriminação racial na saúde, os profissionais podem trabalhar para combater essa realidade, promovendo a equidade e a justiça na prestação de cuidados de saúde. Portanto, é fundamental que os profissionais de enfermagem se engajem na discussão e no combate à discriminação racial, a fim de garantir que todos os pacientes, independentemente da cor de pele, recebam atendimento de qualidade e respeitoso.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Analisar as experiências de discriminação racial sofridas por pessoas pretas e pardas.

2.2 Específicos

- Conhecer aspectos relacionados à discriminação nas relações sociais;
- Averiguar as relações entre os dados sociodemográficos e a discriminação racial, tratamento injusto, quantidades de vezes que sofreu discriminação racial e locais;
- Revelar como as experiências de discriminação racial repercutem na saúde mental de pessoas pretas e pardas.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Discriminação racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa

Ao considerar a complexidade e a gravidade do tema, torna-se necessário refletir sobre a maneira como o racismo se manifesta no contexto social. De acordo com Almeida (2018), o racismo se materializa como discriminação racial, que se manifesta em ações, atitudes e manifestações direcionadas a indivíduos com base na cor de pele. Essa discriminação resulta na diferenciação de pessoas negras, que são frequentemente estigmatizadas e inferiorizadas, em razão da origem racial, como aponta Kilomba (2019). Diante desse cenário de desigualdade, é preciso ampliar o debate e repensar as estruturas sociais e culturais que perpetuam essa forma de preconceito e promover a conscientização e luta contra o racismo em todas as esferas da sociedade.

A partir da discriminação racial, perpetua-se estrutura racista que incide drasticamente sobre a população negra, determinando-lhe lugares e não lugares que podem ser visitados e ocupados (Panta, 2019). Ou seja, o espaço urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse (Silva, 2006).

A situação se torna ainda mais complexa quando se discorrer acerca de jovens negros e negras, visto que, hoje, estes são os que lideram as estatísticas de pertencimento a famílias pobres e que protagonizam os piores indicadores sociais do país (Cerqueira; Coelho, 2017). Destaca-se que a juventude não se delimita somente pela faixa etária, nem deva ser entendida como cristalizada ou natural, mas como um momento marcado por transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, momento em que tem início a vida autônoma do sujeito, que é demarcada por sua entrada no mundo do trabalho (Abrantes; Bulhões, 2016).

Em virtude da discriminação racial, alguns jovens negros e negras são ensinados a evitar frequentar alguns espaços, e, em alguns bairros, muitos jovens não sentem tanta segurança, devido ao pouco movimento, medo de pessoas desconhecidas ou de abordagens policiais, o que fazem com eles se sintam inibidos de “circular pela cidade, como se certos espaços fossem ‘proibidos’ para eles ou como se eles não deveriam estar em determinados lugares (Lage; Cota, 2020).

Diante desse contexto, torna-se imprescindível a investigação do impacto da discriminação racial nessa faixa populacional, a fim de apresentar em que âmbitos a juventude

negra se torna mais vulnerável, devido à cor ou raça, a enfrentar a discriminação racial (Brasil, 2018). A partir do exposto, nesta revisão integrativa, objetivou-se investigar o que apontam as evidências científicas sobre a discriminação racial de jovens negros no Brasil.

Esta revisão integrativa da literatura científica, seguiu um modelo previamente estabelecido, com intuito de manter o rigor metodológico, apresentadas a seguir: 1) elaboração da pergunta de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão de estudos e seleção da amostra (busca ou amostragem na literatura); 3) representação dos estudos selecionados em formato de tabelas, considerando todas as características em comum (coleta de dados); 4) análise crítica dos estudos incluídos, identificando diferenças e conflitos; 5) interpretação/discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa de forma clara e objetiva (evidências/dados encontrados) (Souza *et al.*, 2010).

A questão norteadora do estudo foi: o que apontam as evidências científicas sobre a discriminação racial de jovens negros no Brasil? Para construção dessa questão de pesquisa, utilizou-se da estratégia Population, Interest e Context (PICO) para uma revisão integrativa, em que P refere-se aos participantes (jovens negros); I, ao fenômeno de interesse (discriminação racial); e Co, ao contexto de estudo relacionado à realidade brasileira (Oliveira; Araújo, 2020).

Adotou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos originais; sem restrição de período; nos idiomas português, inglês ou espanhol; realizados no Brasil; e que tivessem o texto completo disponível. Excluíram-se os estudos incompletos e duplicados. A busca pelos estudos foi realizada de agosto a setembro de 2021.

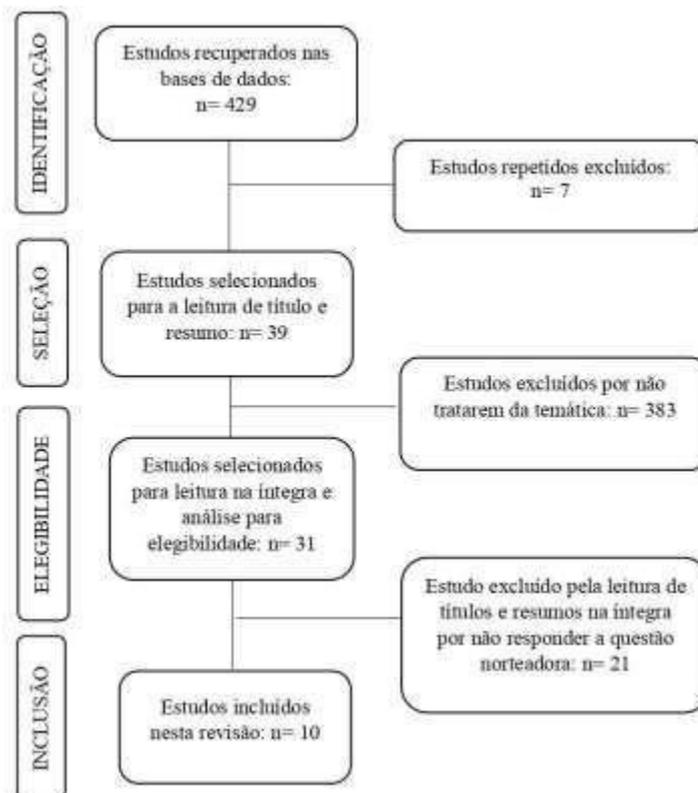
Os descritores foram escolhidos com base no tema central, “A discriminação racial de jovens negros no Brasil”, e a partir de consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e ao Medical Subject Headings (MeSH). Desta forma, selecionaram-se os seguintes descritores: “Young adult”, “Youth”, “Teenage”, “Racism”, “Racial prejudice”, “Discrimination racial”, “Prejudice” e “Brazil”. Para ampliar o alcance das buscas, usaram-se os operadores booleanos “AND” e “OR”. O cruzamento adotado para a pesquisa foi: “(“Young adult” OR “Youth” OR “Teenage”) AND (“Racism” OR “Racial prejudice” OR “Discrimination racial” OR “Prejudice”) AND Brazil”. Incluíram-se as bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Ciências da Saúde da América Latina e Caribe (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), SciVerse Scopus, da Elsevier (Scopus) e Education Resources Information Center (ERIC).

A literatura cinza foi consultada pelo banco de teses e dissertações do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A seleção dos

estudos foi realizada conforme o método do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Galvão *et al.*, 2015). Além disso, a fim de realizar coleta de dados mais completa, adaptou-se instrumento para coleta de dados dos estudos incluídos (Ursi; Gavão, 2006). O estudo seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que envolve o uso de dados disponibilizados para domínio público (Brasil, 2016).

Com a busca nas bases de dados, 449 estudos foram identificados. Logo após a leitura de título e resumo, excluíram-se oito publicações por duplicidade, assim, selecionaram-se 39, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. A partir de análise na íntegra, elegeram-se 10 estudos, conforme a questão norteadora. A seleção e busca dos estudos desta revisão nortearam-se pelo fluxograma, Figura 1, do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (Galvão *et al.*, 2015).

Figura 1 - Fluxograma de busca e seleção de obras, de acordo com as recomendações do PRISMA



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Os dez estudos selecionados foram publicados entre os anos de 2003 e 2021, sendo oito artigos científicos e duas monografias. Dentre estes, encontram-se pesquisas qualitativas, revisão bibliográfica, análise de dados divulgados na internet e dados de pesquisas, ensaios e recorte de pesquisa. Seis desses estudos foram publicados em português e quatro em inglês. As características dos estudos podem ser visualizadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Apresentação dos estudos, de acordo com título, ano, autores, tipo de obra e métodos

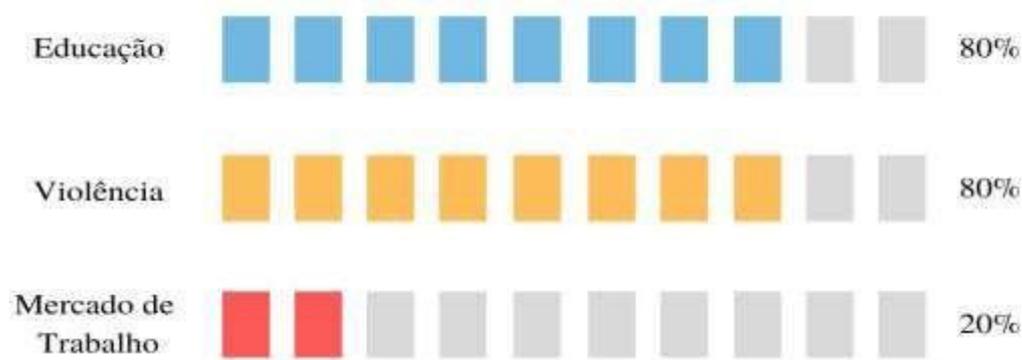
Estudos	Títulos	Ano	Autores	Tipo de obra	Métodos
1	Intersection of Race and Gender in Self-Reports of Violent Experiences and Polyvictimization by Young Girls in Brazil	2021	Ramos, DO; Goes, EF; Ferreira, AJF	Artigo	Pesquisa qualitativa
2	Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro	2020	Costa, AP; Martins, CHS; Silva, HC	Artigo	Ensaio
3	Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho	2003	Santos, EF; Scopinho, RA	Artigo	Revisão bibliográfica
4	Discrimination, color and social intervention among youth in the city of Rio de Janeiro (RJ, Brazil): the male perspective	2006	Cecchetto, F; Monteiro, S	Artigo	Pesquisa qualitativa
5	Dispositivo de Segurança e Racionalidade Necrobiopolítica: Narrativas de Jovens Negros de Fortaleza	2020	Costa, AF; Barros, JPP; Silva, DB; Benicio, LFS; Moreira, MGR	Artigo	Pesquisa qualitativa
6	O Preconceito racial e a trajetória de escolarização na perspectiva de adolescentes e jovens negros	2016	Lima, MG	Dissertação	Pesquisa qualitativa, com perspectiva de intervenção
7	Implicações psicossociais do preconceito e do racismo em estudantes africanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	2017	Mendonça, FWO	Dissertação	Pesquisa qualitativa
8	Violência e Racismo: novas faces de uma afinidade reiterada	2018	Sinhoretto, J; Morai, DS	Artigo	Estudo de métodos mistos
9	Racismo e julgamento social na internet: crianças e jovens negros como alvos	2017	Farias, JWF; Sousa, RS; Lima, TJS; Santos, WS; Ferreira, SC	Artigo	Estudo de métodos mistos
10	The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil	2017	Valente, RR	Artigo	Pesquisa qualitativa

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os estudos analisam as consequências da discriminação racial em três grandes eixos: educação, violência e mercado de trabalho, distribuídos conforme Figura 2. Consoante ao

Quadro 2, os trabalhos voltados ao setor educacional trouxeram a perspectiva de racismo em ambientes como universidades e escolas, além de panorama sobre as políticas de intervenção dessas instituições com relação a essa problemática (Costa *et al.*, 2020; Lima, 2016; Mendonça, 2017; Valente, 2017). Quanto à violência, destaca-se a severa atuação policial contra jovens negros (Costa *et al.*, 2020; Sinhoretto; Morais, 2018), assim como a intimidação verbal imposta pela sociedade no cotidiano dos jovens e, até mesmo, em ambiente virtual (Farias *et al.*, 2017; Oliveira Ramos *et al.*, 2021). Por conseguinte, o mercado de trabalho, segundo os estudos, tem se configurado como ambiente de poucas oportunidades e baixas perspectivas de desenvolvimento profissional para os jovens negros (Cecchetto; Monteiro, 2006; Santo; Scopinho, 2011).

Figura 2 - Principais temáticas abordadas nos estudos



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Quadro 2 - Apresentação dos estudos, conforme objetivos e principais resultados

(Continua)

Estudos	Objetivos	Principais resultados
1	Explorar as disparidades raciais em autorrelatos de vitimização violenta e polivitimização entre meninas no Brasil e analisar a distribuição das taxas de prevalência entre os grupos raciais e as chances estimadas de exposição.	Os negros tiveram as maiores taxas de denúncias, sendo intimidação e polivitimização. As meninas negras eram o grupo com maior prevalência de <i>bullying</i> , em que relataram ser intimidadas pela raça e também tiveram a maior prevalência de relatos de polivitimização. Raça/cor da pele está associado a todas as formas de vitimização e polivitimização.
2	Debater processos de invisibilização do jovem negro no sistema educacional brasileiro e as respectivas contribuições para outras formas de morrer no contexto de uma sociedade marcada pelo racismo estrutural.	Observam-se as escolas e os diversos mecanismos, como materiais didáticos, instrumentos, construção curricular e pedagógica práticas, nota-se que ainda hoje os negros são sub-representações, apagados e estereotipados, o que estabelece educação para a morte, uma necroeducação.
3	Analisar a realidade do negro no mercado formal de trabalho, a partir do resgate de como se construiu este mercado no Brasil.	As desigualdades raciais tornam-se evidentes quando são analisadas ao mercado de trabalho, em que os jovens negros têm participado de modo excludente, em condições precárias e desiguais em relação aos brancos. O desemprego é mais frequente entre eles, assim como a informalidade, menores salários e funções subalternas.

Quadro 2 - Apresentação dos estudos, conforme objetivos e principais resultados

(Conclusão)

Estudos	Objetivos	Principais resultados
5	Problematizar racionalidades ligadas à implantação das Células de Proteção Comunitária (CPC), nas periferias de Fortaleza-CE.	Foram recorrentes os relatos dos(as) jovens negros(as) moradores do Jangurussu acerca do recrudescimento de uma tendência de criminalização de jovens negros a partir da instalação da CPC. Aumento das abordagens policiais pela CPC a jovens negros, tratando esses que circulam naquela região como “elementos suspeitos”. Na perspectiva do(a)s participantes, a instalação da CPC tem o intuito de tentar circunscrever a violência à periferia.
6	Analisar as concepções e crenças de jovens negros/as com relação ao preconceito racial e as possíveis implicações na trajetória de escolarização.	Os participantes da pesquisa foram unânimes em afirmar sobre a existência de preconceito racial no Brasil, sendo associada à cor da pele, com percepções particularizadas e não o associando como prática criminosa. Dificuldade da escola em intervir em situações de discriminação racial, contudo, todos afirmaram que o racismo, em nenhum momento, influenciou as respectivas trajetórias de escolarização, mesmo sendo perceptível uma crise ética com relação à política de cotas.
7	Analisar as implicações psicossociais do preconceito e do racismo nos estudantes africanos da UNILAB.	Homogeneização dos estudantes ao serem vistos como um grupo supostamente único, percebidos simplesmente como “os africanos”. Relatam dificuldades na participação em grupos de trabalho e nas atividades desenvolvidas na universidade, como eventos contemplação de bolsas. Ao serem tratados de forma exótica, relatam sentimento de vergonha, assim como sofrimento íntimo de rebaixamento por humilhação e medo de violência física.
8	Reunir evidências de novas faces da relação entre violência e racismo.	Os dados apontam a discrepância da experiência com a violência entre brancos e negros, com aprofundamento da desigualdade racial expresso pelos indicadores sociais da violência. O predomínio da vigilância policial sobre jovens negros também é constatado pelas altas taxas de encarceramento em comparação a adultos brancos.
9	Avaliar o preconceito racial, retratado nas notícias, contra crianças e jovens negros em conflito com a Lei, mediante o julgamento social atribuído.	Resultados divididos em três classes: classe 1 - “A solução para o problema social”, considerando “matar” as crianças e jovens retratados nas notícias; classe 2 - sobre “A responsabilização dos pais e da Lei” ao fato do crime ser cometido por menores, destacando a ausência dos pais e de leis mais rígidas; classe 3 - sobre “A responsabilização da Política e dos Direitos Humanos”, aos comentários sobre política e a influência desta, na visão dos usuários e leitores, no evento descrito pela notícia.
10	Examinar a relação entre raça e acesso ao ensino superior de estudantes entre 2004 e 2008, com dados da pesquisa nacional do Exame Nacional do Brasil Ensino Médio (ENEM).	Os alunos não brancos têm notas mais baixas no ENEM e avaliam a qualidade geral do ensino médio mais negativamente do que os alunos brancos.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Além disso, com relação à abrangência geográfica dos estudos, cinco deles foram realizados em nível nacional; dois no âmbito do estado do Ceará; dois, no estado do Rio de Janeiro; e um, no Distrito Federal, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Distribuição geográfica dos estudos selecionados, com base na abrangência

(Continua)

Estudos	Tipo de abrangência	Locais
1	Nacional	Brasil
2	Nacional	Brasil
3	Estadual	Rio de Janeiro
4	Estadual	Rio de Janeiro

Quadro 3 - Distribuição geográfica dos estudos selecionados, com base na abrangência

(Conclusão)

Estudos	Tipo de abrangência	Locais
5	Estadual	Ceará
6	Estadual	Distrito Federal
7	Nacional	Brasil
8	Nacional	Brasil
9	Estadual	Ceará
10	Nacional	Brasil

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Quadro 1, apresenta-se a distribuição das características do material encontrado, de acordo com título, ano de publicação, autores, tipo de estudo e método. A partir deste, percebeu-se que a maioria dos estudos foi publicada na forma de artigos e o ano com mais obras inclusas foi 2017. Isto pode ter relação com o fato de que, de acordo com alguns autores, 2017 ter sido um dos anos em que mais se discutiu racismo na sociedade, sobretudo, devido ao número de despejos violentos que a população negra sofreu durante o ano (Vieira; Ostetto, 2020).

Referente à distribuição dos trabalhos de acordo com as áreas abordadas, observa-se, em primeiro lugar, que o sistema educacional se apresentou como um meio de grande potencial para disseminação da discriminação racial, apesar da vigência da Lei Federal nº. 10.639/03, a qual inclui, obrigatoriamente, aulas didáticas com temáticas advindas da “História e Cultura AfroBrasileira”, na grade curricular dos sistemas educativos (Brasil, 2003).

Essa ação, apesar de extrema relevância, não foi suficiente para intervir de maneira eficaz sobre o preconceito racial sofrido por jovens negros nos ambientes educacionais (Campos *et al.*, 2018). Com base na análise da literatura, identificou-se que ainda existe considerável estigmatização e exclusão de pessoas negras nesses espaços, seja por conta da maior representação de pessoas brancas em materiais didáticos ou da figura do negro sempre correlacionada ao período de escravidão (Vieira; Ostetto, 2020).

Somado a isso, pode-se afirmar que a dificuldade das instituições de ensino em intervir em situações de discriminação racial também se configura como fator determinante para o agravamento da problemática da discriminação racial. Deste modo, a presença do racismo dentro do setor educacional emerge como algo a ser considerado, principalmente porque, às vezes, essa realidade é mascarada ou negada, em virtude da associação com outras formas de preconceitos, como a xenofobia e o bullying (Carapello, 2020).

Além disso, observou-se que o mercado de trabalho é um setor que se destaca pela caracterização de oportunidades desiguais, atuando de forma excludente, com condições precárias para a população negra. Assim, mesmo com o desenvolvimento de estratégias, como o projeto elaborado no Estado de São Paulo, a fim de traçar ações para identificação e intervenção da inclusão de jovens negros no mercado de trabalho, ainda se tem a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas para estas questões (São Paulo, 2018).

Isso se evidencia em pesquisa que apresenta a democracia racial como um mito na sociedade brasileira, pois os cargos empresariais mais elevados têm predominância branca. Em contrapartida, os cargos mais baixos da pirâmide organizacional dessas empresas são ocupados, em grande maioria, por pessoas negras (Machado Júnior *et al.*, 2018).

Outro campo abordado nos estudos diz respeito à violência sofrida por jovens negros e negras, advinda, sobretudo, de instituições de segurança pública e da justiça criminal, que uniformiza os jovens negros como alvos de intensa vigilância. Assim, elucida-se que a juventude negra é vista socialmente a partir de uma dualidade: ora é enquadrada como um “risco social”, ou seja, como alguém que pode se tornar um desvio para a sociedade, um infrator desviante das normas e leis; ora como um “problema social” a ser resolvido, como se todos os jovens negros e negras já estivessem em situação de infração e desvio, necessitando de melhores condições de vida (Pimenta, 2014).

A partir disso, cria-se um pré-julgamento sobre a juventude negra, que resulta, por exemplo, em práticas agressivas e intimidadoras por parte da segurança policial, até mesmo se referindo a negros e negras como “elementos suspeitos”, em alguns casos (Cavalcante, 2019), e resultando, na maioria das vezes, em ações discriminatórias e no elevado número de homicídios dessa população (Brasil, 2015).

Desse modo, estudo apresenta, a partir de relatos de jovens negros e negras moradores de três capitais brasileiras, práticas policiais contra essas pessoas, revelando, assim, o racismo manifestado da sociedade, ou seja, “os jovens negros vivem as consequências desse processo no seu cotidiano, notadamente quando se defrontam com a presença da polícia” (Anunciação *et al.*, 2020).

Também, em relação à questão da violência, sobretudo, ao considerar o Quadro 2, que aprofunda a análise e discussão dos estudos, conforme objetivos e principais resultados, notou-se o modo como a sociedade, por meio de comentários violentos na internet, se comporta de forma discriminatória referente aos jovens negros, principalmente aqueles que se encontram em conflito com a lei. Pode-se perceber que o advento da internet deu margens à liberdade de

expressão, contudo, diversas pessoas a utilizam de forma negativa, expondo opiniões e comentários ofensivos, sem buscar compreender maiores detalhes sobre determinadas situações e se refugiando no anonimato proporcionado pelas redes ao incitar o discurso de ódio (Paiva *et al.*, 2019).

Desta forma, a situação criminal, muitas vezes multifatorial, é associada somente à cor da pele do infrator (Cerqueira; Coelho, 2017). Verificou-se, também, mediante os resultados, que quatro estudos apontam como jovens negros e negras são excluídos e sub-representações nos espaços sociais brasileiros, não tendo direito à aceitação social. A estes, é negada a participação ativa em momentos singulares, silenciando-os ou lhes restringindo a um direito de voz inferior ao concedido aos jovens brancos (Cecchetto; Monteiro, 2006; Costa *et al.*, 2020; Mendonça, 2017; Santo; Scopinho, 2011).

A aceitação social possui impactos significativos sobre a vida de cada indivíduo, proporciona maior bem-estar, fomenta o crescimento pessoal e, até mesmo, diminui os riscos de morbidade e mortalidade, pois impacta significativamente na saúde. Indivíduos socialmente aceitos apresentam, até mesmo, menos queixas sintomáticas físicas e psíquicas (Damasceno; Zanello, 2018). Portanto, torna-se notório o caráter prejudicial que a sociedade brasileira assume com essa faixa populacional, visto que o impacto da discriminação e, conseqüentemente, a exclusão imposta aos jovens negros pode tornar-se desastroso, prejudicando o desenvolvimento e propiciando, inclusive, situações de adoecimento.

Destarte, convém mencionar que alguns artigos (Cecchetto; Monteiro, 2006; Mendonça, 2017) abordam os sentimentos dessa população frente às experiências de discriminação, ressaltando a humilhação, a tristeza, o constrangimento e o medo da violência física que tal situação impõe. Para estudiosos da área, o racismo é concomitantemente um fenômeno presente e culmina em experiência de estresse contínuo durante a vida de toda a população negra, cujos efeitos deletérios são capazes de gerar experiência traumática, de efeito cumulativo, com grandes chances de impactar significativamente na saúde mental dos indivíduos (Damasceno; Zanello, 2018).

3.2 Impactos da discriminação racial na saúde mental de pretos e pardos

A discriminação pode gerar segregação social, Almeida (2019) destaca que a discriminação racial causa “estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão

social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado” (p.33). Ao reconhecer as consequências desencadeadas pelo racismo a pessoas pretas e pardas, como exclusão, inferiorização, carência de oportunidades, tratamento injusto e estigmatização, torna-se importante discutir sobre os efeitos da discriminação racial na saúde mental destas pessoas.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade (OMS, 2001). Complementando, para o Ministério da Saúde do Brasil, saúde mental é “considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade” (2023), e, para cuidar do assunto, existe, no Brasil, a Lei Federal 10.216/2001, que institui a Política Nacional de Saúde Mental que assegura segundo o Art. 1º:

Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (Brasil, 2001, p.1).

Assim, com intuito de cuidar também da saúde mental da população preta e parda, em 2009, foi lançada a PNSIPS, instituída pelo Ministério da Saúde, já que essa população apresenta níveis elevados de adoecimento mental (Brasil, 2009). Em estudo realizado por Damasceno e Zanello (2018), foi analisada a produção bibliográfica do Brasil, nos últimos 15 anos, acerca do impacto do racismo na saúde mental de pretos e pardos, e constatou-se que existe relação direta entre a discriminação racial e os baixos níveis de saúde mental, sendo a depressão uma das principais repercussões.

Ademais, de acordo com Cartilha lançada pelo Ministério da Saúde, em 2019, pretos e pardos com idade até 29 anos, foram o público que mais cometeram tentativas suicídio, além disso, estes, apresentam mais chances de desenvolver depressão, e as causas do adoecimento mental estão relacionados às questões raciais e à invisibilidade social (Brito, 2019), assim, evidencia-se que a discriminação pode afetar a saúde mental de pretos e pardos.

Em estudo realizado por Kevin e Simon (2023), há incidência do surgimento de sintomas depressivos em pretos e pardos que vivenciaram algumas experiências de discriminação racial, e os impactos causados pelas discriminações perpassam o individual, podendo atingir comunidades, sendo o fenômeno um problema de saúde pública. Em outro estudo, realizado com adolescentes pretos e pardos, foi apontada a relação entre a discriminação

e os sintomas depressivos, e as relações sociais, familiares vão desempenhar papel fundamental no enfrentamento e na regulação dos agentes estressores, como a inferiorização causada por atos de preconceito racial (Kogan *et al.*, 2023).

A população preta e parda está exposta rotineiramente a violências, o racismo é um dos principais exemplos, e a discriminação racial se configura como um dos maiores eventos estressores do cotidiano de pretos e pardos, ao longo de um dia, essas pessoas sofrem de uma a cinco experiências de discriminação e esse contexto desencadeia sintomas psicológicos e gera sofrimento mental, podendo surgir depressão e traumas (Clark *et al.*, 1999; Wilson *et al.*, 2023).

E quando se trata de suicídio, que segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria, define-se como “Um ato deliberado executado pelo próprio indivíduo, cuja intenção seja a morte, de forma consciente e intencional, mesmo que ambivalente, usando um meio que ele acredita ser letal” (2014), é importante destacar que entre pretos e pardos com idades entre 15 e 29 anos, essa é a segunda maior causa de mortes, e os grupos de pessoas mais afetadas são aqueles com algum tipo de vulnerabilidade, a motivação do pensamento suicida é desencadeado devido ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo institucional, além disso, esses fatores também causam sentimentos de incapacidade, solidão, rejeição, ausência do sentimento de pertença e sensação de inferioridade (Brasil, 2018a; Brasil, 2018c).

Para além da ideação suicida e suicídio, as questões raciais vem impactando a saúde mental de pretos e pardos, gerando estresse, sofrimento emocional, ansiedade e depressão, e esse fato, mesmo que tardiamente, está causando inquietação em profissionais da saúde, em estudo desenvolvido em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSij), na cidade de São Paulo, os profissionais do serviços destacam as principais causas de sofrimento mental, dentre elas, a violência psicológica, em que se encaixa o racismo, e ainda apontam que os pacientes trazem como principal causador de desconforto emocional, serem hostilizados e inferiorizados por conta das características fenotípicas, como cabelo e traços característicos de pessoas pretas e pardas (Barros *et al.*, 2022).

Ainda nessa perspectiva, em outro estudo também realizado em um CAPSij, apresentam-se vários relatos de profissionais do serviço sobre atendimento de pacientes pretos e pardos que durante a consulta, relatavam situações constrangedoras relacionadas a ataques racistas que lhes causaram sofrimento psíquico, nesse estudo, também se destaca que a discriminação racial pode atingir a saúde mental em diversas proporções, em um dos casos discutidos, a paciente foi alvo de racismo no ambiente escolar por diversas vezes e chegou a

receber atendimento em hospital psiquiátrico após ter crises, assim, evidencia-se a relação das questões racial com o adoecimento mental (David, 2018).

Dessa forma, torna-se evidente a relação da cor/raça ao acometimento da saúde mental, no estudo de Candido *et al.* (2016), a incidência de violência racial cometida a pacientes atendidos em um CAPSij foi de 4%, nos quais 100% ocorreram no ambiente escolar, os pacientes relataram não aceitar o cabelo, e também foram registrados, em alguns prontuários, comportamentos autolesivos e automutilação. Porém, mesmo sendo fator de adoecimento mental, os profissionais da saúde pouco procuram apreender e se preparar para atender ao público negro, no estudo de Sousa (2021), realizado em um CAPS II, procurou-se investigar a percepção dos profissionais sobre o racismo e se observou que há despreparo dos profissionais e pouco debate sobre a temática, o racismo se destaca como grande desencadeador de iniquidades em saúde, mas não recebe a devida atenção dos órgãos de saúde.

Diante do exposto, destaca-se que as experiências de discriminação racial têm impactos significativos no cotidiano de pretos e pardos, porém, não há preparação adequada para que os profissionais da saúde acolham e saibam conduzir de forma holística casos de racismo que gerem danos à saúde física e mental das pessoas que sofram com esta problemática, por outro lado, o acolhimento e a escuta ativa destes despertam conforto, segurança e confiança, tornando-se importante ferramenta para condução do caso (Oliveira; Azevedo, 2022).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de estudo

Este estudo trata-se de recorte de pesquisa mais ampla intitulada "Experiências de Discriminação Racial Sofridas por Negros". É um estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem mista, ou seja, quantitativa e qualitativa. Estudos exploratórios buscam conseguir maior entendimento sobre determinado assunto, como o próprio nome deixa explícito, procura-se explorar aspectos sobre o fato estudado, atrelado a isto, estudos descritivos apresentam particularidades de uma população e/ou objeto de estudo, além disso, esse tipo de pesquisa estabelece relações entre variáveis, assim, estudos exploratórios descritivos são utilizados com frequência por pesquisadores que investigam problemáticas que geram discussões sociais (Gil, 2017).

Estudos transversais são caracterizados por meio da exposição ao fator ou causa que está presente com o efeito em um grupo de indivíduos, no mesmo intervalo de tempo analisado. Estes possibilitam produzir informações sobre a frequência ou prevalência de uma doença ou fatores de risco em determinado tempo, bem como realizar associações entre a variável desfecho e as covariáveis (Polit; Beck, 2011; Rouquayrol; Gurgel, 2017).

Quanto à abordagem, pesquisas qualitativas possibilitam discutir fenômenos complexos e compreender percepções de um pequeno grupo de pessoas, por outro lado, os estudos quantitativos, frequentemente, voltam-se a analisar associações entre variáveis, já as pesquisas mistas, fazem junção dos dois métodos, e os resultados das duas se complementam, fazendo com que haja melhor compreensão do objeto que está sendo investigado (Galvão; Pluye; Ricarte, 2018).

4.2 Local do estudo

O ambiente virtual foi o local de estudo. A pesquisa aconteceu durante a pandemia da Covid-19 e, diante do cenário atípico causado e pela obrigatoriedade do isolamento social, a identificação e abordagem dos participantes aconteceram no ambiente virtual, por meio das redes sociais, sendo elas, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *WhatsApp*, sendo as bases de contato com o público-alvo da pesquisa.

4.3 Participantes do estudo

Os participantes foram pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Assim, considera-se “o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretos e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (Brasil, 2010), de acordo com a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Assim, obteve-se amostra de 205 participantes.

4.4 Período da coleta

A coleta de dados aconteceu entre setembro e novembro de 2021.

4.5 Instrumento da coleta de dados

Para este recorte, preferiu-se substituir o termo “Negro” por, pretos e pardos, por visar ressignificar a maneira como se referir às pessoas de ascendência africana e afrodescendentes, e, assim, valorizar a identidade racial de forma mais positiva e empoderada, visto que o termo “negro” em si já possui certa carga de preconceitos e estereótipos impostos pelo racismo.

Sobre o instrumento do estudo, o instrumento de coleta de dados foi organizado e disponibilizado pelo *Google Forms* e teve facetas. A primeira enquadrava as informações sociodemográficas; já a segunda, Escala de Experiências de Discriminação (Anexo I) e, na terceira, questionamentos abertos.

Com relação à Escala de Experiências de Discriminação, esta foi validada para utilização no Brasil por Fattore *et al.* (2016). A escala é dividida em cinco itens: resposta a tratamento injusto; discriminação; preocupação com questões globais; e queixa apresentada. A Escala foi publicada primeiramente, em 1990, no estudo *Coronary Artery Risk Development in Young Adults (CARDIA)*, sendo, posteriormente, reformulada e revalidada para população norte-americana (Krieger, 1999). No Brasil, o instrumento foi submetido a processos iniciais de tradução ao português, adaptação transcultural e validação das propriedades psicométricas, por meio de trabalho de base populacional em Salvador/Bahia. Nesse estudo, a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) revelou parâmetros satisfatórios de ajuste, elevadas cargas fatoriais e

valores adequados de confiabilidade, confirmando a consistência interna da escala (Fattore, 2015; Fattore *et al.*, 2016).

Neste recorte, realizaram-se análises dos dados sociodemográficos, resposta ao tratamento injusto, por meio do questionamento: “já sofreu discriminação, foi impedido de fazer algo, foi perturbado ou feito sentir-se inferior”, em alguma das nove situações listadas, pela raça, etnia ou cor. As situações são: na escola, procurando emprego, no trabalho, procurando moradia, buscando atendimento médico, recebendo serviços em um restaurante ou loja, solicitando crédito, empréstimo bancário ou hipoteca, na rua ou em um local público, da polícia ou em tribunal da justiça. Para resposta positiva em cada situação, segue a pergunta sobre o número de vezes que isso aconteceu (com três opções de resposta: uma vez, duas ou três vezes, quatro ou mais vezes). Além disso, ao final do instrumento, havia também recorte dos dados qualitativos da pesquisa, assim, analisou-se a pergunta aberta: “Como estas experiências de discriminação racial podem afetar sua saúde mental?”, essa pergunta foi formulada pelos pesquisadores deste estudo, a fim de compreender a repercussão da discriminação na saúde mental dos participantes da pesquisa.

É importante salientar que o instrumento apresentou alta confiabilidade (avaliada pelo coeficiente alfa de Cronbach igual ou maior que 0,74, e coeficiente teste-reteste igual a 0,70), e alta validade (constatada pela mais alta correlação com um construto de discriminação basal, em comparação com outros instrumentos de aferição de experiências discriminatórias) (Fattore *et al.*, 2016).

4.6 Métodos e procedimentos

A técnica de recrutamento dos participantes foi a de Bola de Neve. De acordo com Flick (2009), esta técnica de coleta de dados é como a de um bom repórter que rastreia as ‘pistas’ de uma pessoa para outra. Inicialmente, o pesquisador especifica as características que os membros da amostra deverão ter, depois identifica uma pessoa ou um grupo de pessoas congruentes aos dados necessários, na sequência, apresenta a proposta do estudo e, após obter/registrar tais dados, solicita que o(s) participante(s) da pesquisa indique(m) outra(s) pessoa(s) pertencente(s) à mesma população-alvo. Flick (2009) explica que, na técnica de Bola de Neve, o pesquisador pede ao participante referência de novos informantes que possuam as características desejadas.

Pressuposto ao que foi dito, a estratégia *snowball* (bola de neve) é usada com mais frequência em pesquisas as quais o público é de difícil acesso, o formulário do estudo é

repassado de participante a participante, por meio de indicação (Bockorni; Gomes, 2021; Vinuto, 2014), como a coleta de dados da pesquisa ocorreu no período da pandemia da Covid-19, o contato com o público-alvo foi fragilizado e, assim, optou-se por essa técnica.

Assim, gerou-se um *link* que dava acesso ao formulário da pesquisa pelo *Google Forms*, esse *link* foi compartilhado nas redes sociais do GESAM, sendo elas, *Facebook*, *WhatsApp*, *Twitter* e *Instagram*, junto ao formulário, havia um texto introduzindo o objetivo da pesquisa. Ao ser enviado o formulário para que os indivíduos participassem, era solicitado que aquele participante compartilhasse a pesquisa com outras pessoas e, assim, coletou-se a amostra do estudo.

4.7 Análise dos dados

Voltando-se aos resultados quantitativos, realizaram-se associações entre experiência de discriminação, tratamento injusto, quantidade de vezes que sofreu com discriminação e locais/situações com as variáveis sociodemográficas, essas associações foram realizadas através de análises descritivas simples dos resultados.

Os dados qualitativos foram analisados à luz da codificação de Flick (2009) que tem por finalidade expressar dados e fenômenos na forma de conceitos. Para Flick (2009), a codificação temática é um procedimento desenvolvido para estudos comparativos. Os temas são caracterizados por distribuir as características em determinado grupo. Na primeira etapa da análise, realiza-se breve apanhado do perfil representativo da entrevista, destacando descrição dos principais tópicos discutidos pelos entrevistados.

A partir desses tópicos, desenvolveu-se um sistema de categorias. A partir disto, aplicou-se codificação aberta e, em seguida, a codificação seletiva. a) Em primeiro lugar, tentou-se captar dados ou evidências do fenômeno em estudo, na forma de conceitos emanados (intencionalmente ou não) pelo entrevistado; b) Em segundo lugar, foram sublinhadas palavras e "sequências de palavras curtas" com significados semelhantes; c) Terceiro, identificaram-se os elementos que os respondentes utilizaram para definir o cenário inicial da narrativa; d) Quarto, observaram-se as categorias, destacando "suas propriedades", ou seja, destacar nuances, a intensidade necessária que se deseja significar (Flick, 2009).

4.8 Aspectos éticos

Quanto aos aspectos éticos, este foi orientado pela Resolução de nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, a qual incorpora os cinco referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, visando garantir os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado (Brasil, 2012).

Seguindo as orientações da Circular nº 2/2021/CONEP sobre pesquisas em ambientes virtuais, os instrumentos de coleta de dados foram disponibilizados pelo *Google Forms*. O Termo de Consentimento Livre (TCLE) (Apêndice I) foi apresentado ao possível participante da pesquisa, na segunda parte do formulário eletrônico do *Google Forms*, após a leitura, este aceitou ou não participar do estudo, confirmando a anuência ou não nas opções: 1) Aceito participar da pesquisa ou 2) Não aceito participar da pesquisa. Assim, somente serão considerados participantes do estudo os que declararem no início do formulário o desejo de participação. Na primeira página do formulário, solicitou-se o endereço eletrônico do participante, assim, este recebeu uma cópia do instrumento preenchido e a cópia do TCLE com todas as informações sobre a pesquisa e contato com o pesquisador principal (Brasil, 2021)

Quanto aos riscos, existiu a possibilidade de alguns participantes apresentarem certo desconforto psicológico ao responderem aos questionamentos relacionados à temática, pois alguns já devem ter vivenciado situações discriminatórias e estas experiências são particulares e imensuráveis. Entretanto, acredita-se que as perguntas que integraram esta pesquisa poderiam trazer mais benefícios do que efeitos desagradáveis, pois a confirmação de situações vivenciadas pode ajudar no processo de enfrentamento (Brasil, 2021).

No caso do delineamento desta investigação, cuja interface está no campo das Ciências Humanas e Sociais, também foi guiada pela Resolução CNS nº 510 de 2016. No que tange ao artigo 2º, inciso XXV - Risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente (Brasil, 2016). Os riscos estão relacionados a um eventual desconforto emocional, por ser questionado sobre fatos e/ou situações que causem tristeza e ansiedade.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da UVA, conforme parecer número 4.831.239 (Anexo B).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho, para além da investigação voltada as experiências de discriminação racial sofridas por pretos e pardos, comprometeu-se também em analisar o perfil sociodemográfico dos participantes. Conforme os dados, observa-se, inicialmente, na Figura 3, tendo como amostra total o valor, 205, pode-se observar que a maior proporção dos participantes (62,8%; n=129), pertencem à Região Nordeste, seguido da Região Sudeste (25,4%; n=52), Região Centro- Oeste (5,9 %; n=12), Região Sul (4,4%; n= 9), e por fim Região Norte (1,5%; n=3). Com relação aos estados, o Ceará, configurou-se como o estado com o maior número de participantes, (75,9%; n=98) desta amostragem. Essa presença maciça tanto de nordestinos como de cearenses explica-se pelo fato de os pesquisadores envolvidos residirem nesta porção geográfica, o que contribuiu para maior divulgação e consequente captação desse público.

Tabela 1 - Percentagem de participantes por unidade federativa e região geográfica, 2024

Variáveis	Nº	%
Norte		
Pará	1	33,3
Rondônia	2	66,7
Nordeste		
Alagoas	1	0,8
Bahia	16	12,4
Ceará	98	75,9
Maranhão	3	2,3
Piauí	1	0,8
Pernambuco	4	3,1
Paraíba	3	2,3
Rio Grande do Norte	2	1,6
Sergipe	1	0,8
Centro-Oeste		
Goiás	2	16,7
Mato Grosso do Sul	1	8,3
Distrito Federal	9	75,0
Sudeste		
Minas Gerais	9	17,3
Rio de Janeiro	24	46,2
São Paulo	19	36,5
Sul		
Paraná	2	22,2
Rio Grande do Sul	6	66,7
Santa Catarina	1	11,1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

De acordo com a Tabela 2, (71,4%; n=145) dos participantes reconheceram-se como

pertencentes ao sexo feminino, com faixa etária predominante (59%; n=118), entre o intervalo de 21 a 25 anos de idade. Com relação à escolaridade e ocupação, por sua vez, respectivamente, 70,8% dos integrantes (n=143) afirmaram possuir ensino superior e (53,6%; n=110) declararam-se estudantes. Esses números contêm em si natureza positiva, resultado que se pode supor das políticas afirmativas. Ademais, o fato de o segundo lugar em maior número de respostas no item escolaridade pertencer ao “ensino médio”, com (20,3%; n=41), e o item ocupação ser preenchido por “trabalha”, com (42%; n=86), representam, junto aos valores referidos, bons indicadores.

Tabela 2 - Distribuição do número de participantes, segundo variáveis sociodemográficas, 2024

Variáveis	Nº	%
Sexo ^a		
Masculino	145	71,4
Feminino	58	28,6
Faixa Etária ^b		
18-20	54	27
21-25	118	59
26-58	28	14
Escolaridade ^c		
Ensino Fundamental	4	2
Ensino Médio	41	20,3
Ensino Superior	143	70,8
Pós-Graduação	14	6,9
Ocupação		
Estudante	110	53,6
Trabalha	86	42
Não Trabalha	9	4,4

^aOs dados de dois participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou por não adequação aos critérios de inclusão. ^bOs dados de cinco participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou por não adequação aos critérios de inclusão. ^cOs dados de 3 participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou por não adequação aos critérios de inclusão.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No entanto, a presença de 2% dos integrantes (n=4) com apenas o ensino fundamental dentro da faixa etária considerada, a qual, comumente, encontra-se atrelada ao perfil etário de estudantes de níveis superiores e/ou trabalhadores. Essa informação vai ao encontro da matéria de Palhares (2020), publicada pelo jornal A Folha de S. Paulo, a qual mostrou que a taxa de pretos e pardos em situação de evasão escolar é maior do que entre indivíduos da mesma idade, porém, de pele branca. A notícia prossegue apresentando os possíveis motivos e, dentre os citados, identifica-se o racismo que impacta, também, o âmbito educacional, sob a forma de discriminação e ausência de políticas de incentivo,

além da desigualdade de renda que obriga pretos e pardos a adentrar precocemente o mercado de trabalho para auxiliar a família.

Tabela 3 - Apresentação dos dados sociodemográficos em relação ao questionamento “Se você sente que é tratado injustamente, você geralmente”, 2024

Variáveis	Aceita o fato		Tenta alguma coisa	
	Nº	%	Nº	%
Sexo				
Masculino	10	17,2	48	82,8
Feminino	16	11,0	129	89,0
Faixa Etária				
18-20	8	14,8	46	85,2
21-25	16	13,6	102	86,4
26-58	2	7,1	26	92,9
Escolaridade				
Ensino Fundamental	2	50,0	2	50,0
Ensino Médio	2	4,9	39	95,1
Ensino Superior	20	14,0	123	86,0
Pós-Graduação	2	14,3	12	85,7
Ocupação				
Estudante	14	12,7	96	87,3
Trabalha	11	12,9	74	87,1
Não Trabalha	1	11,1	8	88,9

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Neste estudo, também se investigou sobre tratamento injusto e experiências de discriminação. Quanto ao comportamento em relação ao tratamento injusto, (12,7%; n=26) dos participantes assinalaram aceitar o fato ao sentir que estão sendo tratados injustamente, enquanto (87,3%; n=178) tentam alguma coisa, conforme a Tabela 3. O racismo estrutural é real e atinge milhares de pessoas no Brasil, para Batista (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro. A estrutura social é racista, pode-se observar em todos os espaços, pretos e pardos em condição subalterna, ora por violência estrutural (ausência de direitos), ora por violência cultural (suposta incapacidade ou incivilidade). Assim, pode-se compreender e até justificar alguns comportamentos de homens e mulheres pretas e pardas. Muitos cresceram naturalizando muitas formas de tratamento injusto, alguns nem percebem o grau de violência imposta (Almeida, 2018).

Os resultados da Tabela 3 mostram que ao sentirem que estão sendo tratados injustamente pela raça ou cor, os participantes que concluíram o ensino fundamental, (50%; n=2), aceitam o fato e (50%; n=2) tentam alguma coisa. Os com ensino médio completo, (4,9%; n=2), aceitam o fato e (95,1%; n=39) tentam alguma coisa. Aqueles com ensino superior completo, 14,0% (n=20), aceitam o fato e (86,0%; n=123) tentam alguma coisa. Já os

participantes com pós-graduação, (14,3%; n=12), aceitam o fato e (87,1%; n=176) tentam alguma coisa.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que quanto maior a escolaridade, mais crescem as percentagens referentes àqueles participantes que falam com outras pessoas ao serem tratados injustamente. Assim, como destacado no estudo de Gomes *et al.* (2021), dentro do ambiente escolar, são criados vários debates acerca do racismo, visando diminuição de situações que firam a integridade de pretos e pardos. No Brasil, a luta antirracista iniciou-se a partir dos anos 1970 e desde então vem se formando movimentos sociais negros para buscar melhorias ou até mesmo sanar práticas de discriminação racial (Pereira; Lima, 2019). O fato de a temática ser mais discutida atualmente se justifica pelas lutas antirracistas que acontecem historicamente, as quais podem explicar, também, o fato de os participantes desta pesquisa quererem compartilhar com outras pessoas momentos em que são discriminados.

Na variável ocupação, apresenta-se que os estudantes, (87,3%; n=96) da amostra, tentam alguma coisa ao serem tratados injustamente. Os dados reforçam a literatura citada. A partir do estudo, também se verificou que, em caso de estarem sendo tratados injustamente, os participantes, geralmente, dialogam com outras pessoas, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Apresentação dos dados sociodemográficos e a relação com o questionamento “Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente”, 2024

Variáveis	Fala com outras pessoas		Guarda isso	
	Nº	%	Nº	%
Sexo				
Masculino	36	62,1	22	37,9
Feminino	117	80,7	28	19,3
Faixa Etária				
18-20	44	81,5	10	18,5
21-25	86	72,9	32	27,1
26-58	20	71,4	8	28,6
Escolaridade				
Ensino Fundamental	2	50,0	2	50,0
Ensino Médio	34	82,9	7	17,1
Ensino Superior	104	72,7	39	27,3
Pós-Graduação	12	85,7	2	14,3
Ocupação				
Estudante	85	77,3	25	22,7
Trabalha	63	74,1	22	25,9
Não Trabalha	6	66,7	3	33,3

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Para Jesus (2018), há, no Brasil, um racismo que é constantemente atualizado, e, com isso, contribui de forma direta com a produção e reprodução de discriminações da população preta e parda, agindo, sobretudo, de modo a inviabilizar e silenciar estas pessoas, ao fazer com

que haja um silenciamento de quem denuncia práticas racistas e possibilitando a perpetuação dessas atitudes. Devido a isto, pode-se observar o porquê (37,9%; n=22) dos homens e (19,3%; n=28) das mulheres, parte significativa da população entrevistada neste estudo, afirmam guardar para si o sofrimento por parte do racismo, frente a compartilhar com outras pessoas.

Porém, mesmo diante do silenciamento e da inviabilização de pessoas pretas e pardas no Brasil, viu-se, desde a época colonial, como ocorreram levantes, denúncias e resistências contra a opressão imposta a esta população, como através de quilombos. Hoje, outras formas de resistência são construídas pela negritude brasileira, principalmente pela juventude, por meio da arte (Silverio *et al.*, 2020; Correia, 2021), de movimentos culturais (Silva, 2006; Almeida, 2013), sobretudo, com objetivo de fortalecer esta população diante da sociedade racista.

Isso pode explicar o porquê, mesmo diante de número considerável de pretos e pardos que são silenciados diante do racismo, parcela ainda maior tem sido resistência frente a este fenômeno, como mostram os resultados do referido estudo, em que (62,1%; n=36) dos homens e (80,7%; n=117) que afirmam falarem com outras pessoas em situações que estão sendo tratados de forma injusta.

A partir da Tabela 4, também pôde-se observar que a maioria das pessoas que afirmam falar com outras pessoas sobre situações de injustiça, isto é, 104 participantes, possuem ensino superior completo. Isto pode ocorrer por conta do ambiente acadêmico proporcionar, de forma mais direta, o tensionamento, a discussão e a reflexão crítica sobre as questões e demandas acerca da realidade das relações raciais no Brasil (Martins *et al.*, 2018).

Na Tabela 5, por sua vez, pode-se observar em quais situações os participantes do estudo afirmaram ter sofrido experiências de discriminação. Destaca-se que os negros relataram já terem sofrido experiências discriminatórias em diversas situações, como na escola, em serviços de saúde, restaurantes, ou ao procurar emprego, indo ao encontro do estudo realizado por Monteiro e Cecchetto (2009) com jovens negros moradores do Rio de Janeiro, que discorrem sobre experiências discriminatórias vividas em diversos espaços da sociedade.

Tabela 5 - Apresentação das situações relacionadas à experiência de discriminação, 2024

Variáveis	Nunca		Uma vez		2 a 3 vezes		4 ou + vezes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Na escola	31	15,4	22	10,9	64	3,8	84	41,8
Ao procurar emprego	86	46,0	27	14,6	47	22,7	35	16,7
Ao comprar uma casa	172	88,2	14	7,2	6	3,1	3	1,5
Procurando cuidados médicos	102	51,5	47	23,7	32	16,2	17	8,6
Em restaurantes	40	20,1	34	17,1	58	29,1	67	33,7
Ao fazer um empréstimo	145	74,4	19	9,7	15	7,7	16	8,2
Estabelecimento público	20	10,0	38	19,0	56	28,0	86	43,0
Pela polícia ou no Fórum	102	51,5	38	19,2	25	12,6	33	16,7

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Em relação às situações experienciadas pelos participantes deste estudo, a mais apontada foi a escola, em que (15,4%; n=31) relataram nunca terem sofrido discriminação, ao contrário de (10,9%; n=22) que sofreram uma vez; (31,8%; n=64), duas a três vezes; e (41,8%; n=84) que relataram terem sofrido quatro ou mais situações de discriminação no ambiente escolar. Em estudo realizado por Ferreira e Camargo (2011), uma aluna preta relatou ter a sensação de não conseguir acompanhar o conteúdo ensinado, sobretudo por conta da discriminação sofrida, e por perceber que não recebia a mesma atenção que outros alunos brancos, por parte dos professores. Os autores apontam a escola como um dos espaços em que a discriminação contra pessoas pretos e pardos é mais desenvolvida. Além disso, segundo Martins *et al.* (2021), um ambiente no qual o estudante não se sente seguro, dificilmente se tornará um local de aprendizagem, assim, práticas de discriminação terão influência no desenvolvimento do aluno.

Em seguida, os participantes deste estudo relataram ter sofrido discriminação em restaurantes, em que (20,1%; n=40) apontaram nunca ter vivenciado evento discriminatório, em oposição a (17,1%; n=34) que sofreram uma vez; (29,1%; n=58), duas a três vezes; e (33,7%; n=67), quatro ou mais vezes; como também em estabelecimentos públicos, em que (10%; n=20) nunca sofreram discriminação, mas (19%; n=38), uma vez; (28%; n=56), duas a três vezes; e (43%; n=86), quatro ou mais vezes. Isto pode ocorrer devido ao fato de que a população preta e parda no Brasil, em maioria, recebe conotações negativas por parte da sociedade, e, por isso, muitas vezes, não conseguem frequentar alguns ambientes da cidade (Oliveira; Bortolucci, 2019): “o espaço urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse” (Silva, 2006, p. 70).

Parte considerável dos participante do referido estudo também relatou ter sofrido discriminação ao procurar emprego, em que (46%; n=86) nunca foi discriminada nesta situação, ao contrário de (14,6%; n=27) que sofreu uma vez; (22,7%; n=47), duas a três vezes; e (16,7%; n=35), quatro ou mais vezes. Em pesquisa realizada por Priori (2020), observa-se como o racismo é determinante dentro do mercado de trabalho, em que pessoas pretas e pardas, muitas vezes, evitam procurar emprego em determinados lugares, como em shopping, por acreditarem não estarem de acordo com o perfil físico escolhido pelas lojas, ou seja, de pessoa com pele branca. Outro estudo realizado por Rocha e Campos (2021) apresenta o relato de uma mulher preta que enviou o currículo para concorrer à vaga de vendedora de loja sem fotografia, mas teve as fotos pessoais solicitadas pela empresa para análise à vaga, e, ao enviá-las, não obteve mais retorno por parte da empregadora.

Além disso, observa-se que a maioria relatou nunca ter sofrido discriminação em outras situações, como ao comprar uma casa, em que (88,2%; n=172) apontaram nunca ter experienciado evento discriminatório, ou fazer um empréstimo financeiro, com (74,4%; n=145). Isto pode ocorrer devido ao fato de que grande parte da população nesta faixa etária ainda está ingressando no mundo do trabalho e iniciando a vida autônoma, e, por isso, não consegue comprar casa nem necessita fazer empréstimo financeiro (Abrantes; Bulhões, 2016).

Aspeto que merece destaque diz respeito ao fato de que parte dos participantes apontaram ter sofrido discriminação pela polícia ou no fórum, com (19,2%; n=38) que sofreu uma vez; (12,6%; n=25), duas a três vezes; e (16,7%; n=33), quatro ou mais vezes; ao contrário de (51,2%; n=102) que relatou nunca ter sofrido. De acordo com Amar (2005), a cor da pele é fator determinante no modo como acontece (e se acontece) a abordagem policial no país, já que há o processo de filtragem racial, isto é, tendência à identificação de pessoas supostamente suspeitas, tendo como base o critério racial.

Configura-se, assim, o processo de filtragem racial ou *racial profiling*, termo empregado notadamente nos Estados Unidos para descrever as “práticas racialmente tendenciosas de identificação de suspeitos” ou, mais especificamente, o fato de a cor da pele ser fator determinante na decisão da abordagem policial.

De acordo com a Tabela 6, vários pretos e pardos sofreram pelo menos uma vez com experiências de discriminação racial. Com relação à faixa etária de 21 a 25 anos, que corresponde ao maior número de participantes, (28,0%; n=33) foram discriminados racialmente uma vez; (47,5%; n=56), duas ou três vezes; (17,8%; n=21), quatro ou mais vezes; contra minoria de (6,8%; n=8) de jovens que nunca sofreram discriminação racial.

Relacionando os dados acima com os da Tabela 5, observa-se que desde crianças, principalmente no ambiente escolar, a vivência de pretos e pardos é marcada por experiências de interações sociais em que sofrem com a discriminação racial, mediante apelidos ou sendo tratados de forma injusta, em que, deste modo, o racismo vai sendo evidenciado (Silva *et al.*, 2020), indo ao encontro deste estudo no qual mostra que o ambiente escolar é o mais apontado nas experiências de discriminação. Para Hirsch *et al.* (2021), até os dias atuais, a população preta e parda sofre com as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, seja na procura por emprego, como no salário injusto, seja em instituições privadas ou públicas, a cor da pele ainda influencia. Como evidenciado nos resultados, o mercado de trabalho é um dos ambientes que mais se destaca como local gerador de situações de discriminação racial.

Além disso, Monteiro e Cecchetto (2009) acrescentam que os espaços públicos e as ruas se mostram como locais propícios a acontecerem situações de discriminação racial, principalmente com jovens pretos do sexo masculino. Ademais, pessoas pretas e pardas integram o principal público vítima de homicídios, ou seja, a classe e cor têm impacto na forma de tratamento e, na nossa sociedade, de maneira errônea, acabam se tornando critério para determinar um criminoso.

Tabela 6 - Apresentação dos dados sociodemográficos em relação às experiências de discriminação, 2024

Variáveis	Nunca		Uma vez		2 ou 3 vezes		4 ou + vezes	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sexo								
Masculino	25	43,1	16	27,6	13	22,4	4	6,9
Feminino	32	22,1	74	51,0	27	18,6	12	8,3
Faixa Etária								
18-20	17	31,5	25	46,3	8	14,8	4	7,4
21-25	33	28,0	56	47,5	21	17,8	8	6,8
26-58	6	21,0	8	28,6	11	39,3	3	10,7
Escolaridade								
Ensino Fundamental	1	25,0	2	50,0	0	0,0	1	25,0
Ensino Médio	9	22,0	24	58,5	4	9,8	4	9,8
Ensino Superior	43	30,1	58	40,6	32	22,4	10	7,0
Pós-Graduação								
Pós-Graduação	3	21,4	6	42,9	5	35,7	0	0,0
Ocupação								
Estudante	35	31,8	47	42,7	23	20,9	5	4,5
Trabalha	20	23,2	42	48,8	16	18,6	8	9,3
Não Trabalha	2	22,2	2	22,2	2	22,2	3	33,3

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Tendo discutido sobre tratamento injusto, situações e quantidade experiências de discriminação racial vivenciadas pelos participantes deste estudo, é pertinente, também, compreender como essas experiências podem repercutir na saúde mental. Assim, a partir do questionamento: “Como estas experiências de discriminação racial podem afetar sua saúde mental?”, vinte e um dos participantes optaram por não responder à pergunta e 184 expuseram os relatos. Cada relato foi analisado, sendo enumeradas as falas dos participantes que estão representadas pelo código P, de acordo com a ordem de resposta do formulário e, assim, emergiram quatro categorias, tendo como parâmetro a codificação de Flick (2009): Impactos na autoestima, Sentimento de inferioridade, Desenvolvimento de traumas/medos e Surgimento de ansiedade e depressão, como exposto na Figura 4.

Figura 4 - Diagrama representativo das categorias que emergiram, de acordo com os relatos dos participantes



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Rotineiramente, as pessoas pretas e pardas são discriminadas racialmente, sendo vítimas do preconceito racial, o que motiva a vivenciarem diversas situações de exclusão, inferioridade e injustiças no cotidiano (Almeida, 2019), todas essas vivências negativas, experimentadas devido à discriminação racial, podem acabar causando danos à saúde mental. Para Damasceno e Zanello (2018), a depressão é um dos principais efeitos provenientes do racismo, além de sofrerem com violência, opressão e agressões.

Além disso, as experiências tidas por pretos e pardos, durante toda a vida, afetam a autoestima, como pode ser observado na categoria que seguem.

5.1 Impactos na autoestima

Tendo como base os relatos dos participantes, criou-se uma nuvem de palavras para representar o que mais foi destacado nas falas, como pode ser notado na Figura 5 e, logo em seguida, estão expostos os relatos.

Figura 5 - Nuvem representativa do compilado de palavras que se destacaram nas falas dos participantes



Fonte: Gerada no wordart.com, elaborada pela autora (2024).

A minha saúde mental é bem abalada, por diversos preconceitos que sofri quando era criança e agora na minha fase de adolescência, principalmente a minha autoestima que até hoje é abalada. Antes, eu odiava muito o meu cabelo, ele vivia preso, só fui começar a deixar ele solto a partir dos meus 15 anos e foi bem sofrido, mas, hoje, amo ele, mas ainda acho vários traços meus feios (P.08).

Acredito que afetam profundamente, na medida em que tudo aquilo que é tanto estrutural quanto aquilo que vem das experiências e vivências acabam por serem internalizados em nosso psiquismo. No meu caso, acho que o impacto vai muito em relação à autoestima, ao sentimento de insegurança e à ansiedade também (P. 68).

Sempre tive a autoestima baixa, não gostava de mim. Chegou ao ponto de eu começar a chorar porque queria ser branca. Em todas as histórias que eu imagina, quando eu era criança, eu me imaginava branca dos olhos azuis, porque para mim, só se eu fosse assim, eu seria aceitável. Eu estava com os meus pensamentos confusos, e cada vez mais eu me odiava e não me aceitava, o que mais tarde me levou a uma quase depressão (P. 105).

Acredito que essas experiências atuam, principalmente, na baixa autoestima. Afetando, claro, na saúde mental (P. 154).

Quando sofri, me senti para baixo, minha autoestima estava um lixo, achei que nunca seria capaz de fazer parte de uma empresa grande. Mas, minha religião me ajudou a superar isso (P.156).

Os relatos demonstram que o racismo aflora a baixa autoestima e causa distorção de imagem, cujas características fenotípicas são vistas como inadequadas e/ou feias, além de desenvolver sentimento de incapacidade, inseguranças, o que gera impactos na saúde mental, estes achados vão ao encontro do estudo de Martins, Lima e Santos (2020), realizado com mulheres negras, em que se evidenciou que micro agressões, insultos, ofensas de racismo resultam em menores níveis de saúde mental e autoestima.

Na fala de P.08, aponta-se a vivência de experiências negativas durante a infância e adolescência, as quais geraram o sentimento de ódio às próprias características fenotípicas, como cabelo e traços. Devido ao contexto histórico, as pessoas pretas e pardas se reconhecem dentro de uma coletividade marcada por atributos negativos que são empregados desde a infância e repercutem nas relações sociais que são marcadas por desvalorização e inferiorização, além disso, a forma discriminatória como o outro vê o negro, interfere diretamente na própria percepção sobre si (Pinto; Ferreira, 2014), isto pode ser notado na fala de P. 156, a qual afirma que nunca poderia fazer parte de uma empresa grande, ou seja, a discriminação racial sofrida por essa pessoa fez com que ela se sentisse incapaz de conquistar um emprego digno, afirmando uma baixa autoestima com relação ao merecimento de um bom emprego.

Além disso, na Figura 5, a palavra “Cabelo” se destaca, Assis (2017) aponta que existe estigma quando se trata das características de pretos e pardos, o cabelo crespo faz parte da identidade do negro, porém, assumir esta identificação se torna algo complexo. Em estudo realizado por Goulart (2022), evidencia-se que devido à supremacia imposta pela sociedade onde o branco é colocado como o belo, o aceitável, a pessoa preta passa a interiorizar o discurso

de que os traços negroides, s cabelos são inaceitáveis, levando-o a querer negar e/ou esconder a própria identidade, como pode ser notado na fala do participante (P. 105).

Outrossim, os efeitos do racismo também afetam de forma peculiar a autoestima da mulher negra, devido ao preconceito racial histórico, o cabelo crespo característico de pessoas pretas e pardas, por exemplo, sofre diversos insultos racistas, por vezes, é definido como “ruim”, “feio”, “sujo” e “teso”, este fato, em algumas situações, faz com que a mulher negra desenvolva baixa autoestima (Queiroz, 2019). Segundo Santos *et al.* (2023), as vivências negativas relacionadas à discriminação racial acontecem desde a infância e o que é experimentado causa a não aceitação, principalmente dos traços negroides, assim, a autoestima de pretos e pardos, principalmente da mulher, encara um processo de construção e empoderamento, até o indivíduo tomar consciência da própria identidade e recuperar a autoestima.

Para findar, em todos os relatos dos participantes, verificou-se a influência do racismo na baixa autoestima e que, conseqüentemente, afeta a saúde mental, cujas experiências de discriminação racial podem causar dificuldades na construção da identidade quanto ao sujeito preto ou pardo e elevar as chances do desenvolvimento de depressão, ansiedade e outras doenças mentais (Silva, 2021), pois as vivências em uma sociedade racista também são marcadas por exclusão e inferiorização (Andrade *et al.*, 2019). Para mais, a baixa autoestima reflete nas ações do indivíduo, que se veem em posições de inferioridade.

5.2 Sentimento de inferioridade

As experiências de discriminação racial também desencadeiam sentimentos de inferioridade, nos relatos, os participantes caracterizaram as vivências citando sentirem-se indignos, incapazes, impotentes e desvalorizados como pode ser observado a seguir na Figura 6 e nos relatos expostos a seguir.

sempre a discriminação é vista como algo natural ou ilegítimo (Santana; Purificação; Torres, 2019), isso pode ser notado também na fala de P. 12.

Na nuvem de palavras, aparece em destaque o termo “Desvalorização”, visto no relato do participante (P.24), este sentimento pode estar relacionado, por exemplo, ao que o negro vivencia em atividades trabalhistas, já que, no mercado de trabalho, em algumas empresas, recebem salários inferiores, quando comparado ao trabalhador branco e tratando-se da mulher preta, os valores são ainda menores (Mello *et al.*, 2020). Tratando-se de desvalorização, devido ao racismo estrutural, há a hierarquização de raças que desencadeia as desigualdades raciais, assim, as pessoas pretas e pardas nas vivências de relações sociais acaba por enfrentar injustiças que culminam em sentimentos de inferioridade, desvalorização e impotência (Francisco, 2019).

Ainda no relato de P. 24, ele diz que se questionava o porquê de não ter nascido branco, o autor Bernardino-Costa (2016) explica que este tipo de comportamento é gerado pelo racismo estrutural, em que “O negro introjeta um complexo de inferioridade e inicia um processo de autoilusão, buscando falar, pensar e agir como branco, até o dia em que se depara novamente com o olhar fixador do branco” (p. 506). Além disso, o racismo aumenta o sofrimento de pretos e pardos, e a discriminação racial pode gerar quadros de impotência, desesperança e falta de motivação (Santos; Costa, 2023).

O racismo estrutural inferioriza, em razão do contexto histórico brasileiro, as pessoas pretas e pardas, por vezes, se autoinferiorizam, assim, começam a se colocar em posições de desvantagens e questionam o próprio valor, gerando complexo de inferioridade (Lopes, 2020), esta situação está presente no relato de P. 95, por já ter vivenciado por ele, se sente indigno até mesmo de frequentar certos lugares, ou seja, os efeitos do racismo, alienaram-lhe para acreditar não ser digno de estar em alguns espaços. Ademais, o complexo de inferioridade é explicado por Nascimento (2018) como uma das consequências da colonização, em que ancestralidade, cultura e liberdade dos pretos foram invadidas, e isto reflete até a atualidade. Desta forma, a pessoa negra entra constantemente em conflito interno, procurando compreender a própria identidade, assim, torna-se propício o adoecimento mental (Silva, 2023).

Em dados divulgados pelo Ministério da Saúde, os jovens pretos e pardos são o público que mais cometem tentativa de suicídio e as principais causas são: sentimento de inferioridade e não pertencimento (Brasil, 2018). Esse cenário é criado pela convivência forçada de pessoas estigmatizadas com pessoas ditas “normais”, que gera baixa autoestima e, por vezes, essas pessoas assumem e concordam com uma condição de inferioridade, podendo resultar em depressão, ansiedade e/ou outros transtornos e doenças mentais (Ferreira, 2019). Ademais,

aliado ao complexo de inferioridade, as experiências de discriminação racial também podem acometer a pessoa negra, desencadeando o desenvolvimento de traumas e/ou medos, como poderá ser observado na categoria a seguir.

5.3 Desenvolvimento de traumas/medos

O desenvolvimento de traumas e medos em pretos e pardos é mais uma consequência da discriminação racial, de acordo com os relatos, é possível notar que as vivências cotidianas afloram sensações de perseguição, pavor e receio de ser tratado injustamente.

Figura 7 - Nuvem de palavras representativa das falas dos participantes



Fonte: Gerada no wordart.com, elaborada pela autora (2024).

Isso gera alguns traumas... às vezes, situações do dia a dia fazem lembrar de algum episódio que aconteceu, deixa o dia um pouco mais triste. Mas, para quem não tem "herança" como eu não pode deixar se abater. O lance é viver a vida com um sorriso no rosto, mantendo viva a esperança de que um dia tudo melhora, mesmo tudo indicando o contrário (P. 30).

Muito, você fica com receio de sair de casa ou simplesmente ir a um restaurante mais caro (P. 31).

Me sinto perseguida o tempo inteiro ou então já fico esperando algum tipo de comportamento de discriminação, principalmente quando estou em ambientes que a presença de pessoas não brancas é pouca (P. 43).

Viver com medo das pessoas que deveriam nos proteger com certeza foi uma das coisas que mais pesou, além de ter que sair com um manual de instruções quando vou

viajar para uma cidade grande com medo de ser confundido com bandido ou de ser acusado injustamente de algo simplesmente pela cor da minha pele (aqui na minha cidade nem tanto, é raro acontecer isso) (P. 82).

Em todas as áreas, não consigo entrar em lojas sozinha, sinto que as pessoas estão me julgando e não namoro por achar que os homens só usam mulheres negras por prazer e não se envolvem afetivamente (P. 113).

Os relatos possibilitaram perceber que os integrantes da pesquisa por vivenciarem constantes experiência de discriminação, sentiam medo de sair de casa, ir a locais públicos, sentiam-se perseguidos e com medo de serem tratados injustamente. Isto se justifica pelo fato de que historicamente acontecem atos incessantes de crueldade contra pretos e pardos, o racismo está sedimentado no inconsciente cultural do país e repercute na vida coletiva e individual de toda a população brasileira, desta forma, gera traumas de diversos graus e intensidades, tendo o poder de afetar a saúde mental (Mota, 2019).

Assim, “A discriminação racial pode se manifestar não só por torturas psicológicas, como também por torturas físicas, o que pode ser considerado um trauma na vida dessas pessoas, pois isso acontece desde a infância” (Silva, 2018, p.5). Voltando-se a torturas psicológicas, pode-se citar o *bullying*, durante a infância, ao ser inserido no meio social, a pessoa negra já começa a sofrer com o racismo, muitas vezes, o preconceito aparece disfarçado de “brincadeira”, em que são feitas ofensas relacionadas à aparência e, ao crescer, esses insultos se tornam mais severos, devido à cor, tanto pretos como pardos, vivem com medo de não serem aceitos em alguns ambientes ou de serem confundidos com bandido, e todas essas vivências geram traumas que se perpetuam (Gonçalves *et al.*, 2020), nas falas dos participantes expostas, sendo possível perceber esse cenário opressor e excludor.

Desse modo, o racismo gera traumas, para Silva (2021), baques de violências causados pela discriminação racial provocam eventos estressores, o que se caracteriza como trauma racial. E vivenciar diversos episódios traumáticos pode provocar efeitos emocionais na vítima, pretos e pardos estão expostos a níveis elevados de estresse, o que desencadeia o desenvolvimento de medos, angústia, retração social e raiva (Anjos Filho; Neufeu, 2024). Além disso, existem grandes chances de pretos e pardos, a partir de vivências negativas, desenvolverem transtorno de estresse agudo ou pós-traumático relacionados ao racismo. Matta e Pelissoli (2016, p. 132) destacam que “o estresse diário por motivos raciais pode afetar a saúde mental quando um grande número de eventos menores se soma, e desgastam um indivíduo, predispondo-o a problemas de saúde”.

Ao associar os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3 ao relato do participante (P. 82), constata-se que os participantes tanto sentem como são tratados injustamente diariamente, e este medo da injustiça afeta o processo de subjetivação e formação da identidade negra, fazendo com que esses indivíduos desenvolvam sentimentos de inferioridade, inadequação (Silva, 2021), além de terem a sensação de perseguição.

Ainda sobre tratamento injusto, P. 82 citou o medo que sentia das pessoas que deviam o proteger, na fala ficou implícito de quem estava se referindo, mas, segundo o *site* Agência Brasil, em estudo realizado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), foi evidenciado que pretos e pardos têm mais chances de sofrerem abordagem policial em comparação ao branco e, com esse público, as abordagens são mais recorrentes e violentas (Granda, 2022). Deste modo, quem deveria ser símbolo de defesa acaba assumindo papel opressor, devido aos estigmas impostos pelo racismo.

Nesse contexto, são notórios os efeitos do racismo e discriminação racial, as vivências tidas por pretos e pardos no cotidiano são traumáticas e estressoras, assim, impactam a saúde mental (Sá *et al.*, 2022). E ao afetar a saúde mental, torna-se propício o surgimento de transtornos e/ou doenças mentais como ansiedade e depressão.

5.4 Surgimento de ansiedade e depressão

Pressuposto aos fatos citados, as vivências experimentadas pela pessoas pretas e pardas, devido à discriminação racial podem suscitar a eclosão de sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, medos e traumas, e todos esses sentimentos são favoráveis ao surgimento de ansiedade e depressão, como destacado nas falas dos participantes a seguir.

destaca-se que os jovens pretos são o público que mais cometem tentativas de suicídio no Brasil, e a principal causa é a depressão decorrente da exclusão, *bullying* e sensação de não pertencimento gerados pelo racismo, as práticas racistas interferem no modo de agir do negro e podem levá-lo a cometer suicídio (Brasil, 2022).

Em estudo realizado por Smolen e Araújo (2017) que procurou resumir a literatura sobre raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil, evidenciou-se maior prevalência do surgimento de doenças mentais entre pretos e pardos e, dentre as doenças, estão depressão, sintomas depressivos, transtornos mentais comuns e ansiedade. E, em outra revisão bibliográfica sobre racismo e saúde mental, realizada por Damasceno e Zanello (2018, p. 452) foi pontuado que:

A grande maioria da população negra vive em incessante sofrimento mental devido, por um lado, às condições de vida precárias atuais e, por outro, à impossibilidade de antecipar melhor o futuro. [...] diversos sintomas físicos e psíquicos advindos da permanente condição de tensão emocional, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos de distúrbios de conduta e do pensamento, vivida cotidianamente pela pessoa alvo do racismo. Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito.

Assim, para além do adoecimento físico, o racismo e a discriminação racial provocam também o adoecimento mental (Bernardo; Tozzato, 2022). Em estudo realizado por Brito *et al.* (2022), destaca-se maior prevalência de adoecimento psíquico em pessoas pretas e pardas, apresentando níveis elevados de depressão, em que, também, aponta-se a associação entre a cor/raça a baixos níveis de escolaridade e renda.

Diante dos relatos dos participantes, notaram-se a segregação e exclusão sofrida pela população preta e parda, deste modo, o impacto da discriminação racial na saúde mental é inegável (Santos, 2018). E o sofrimento desses indivíduos vem desde a escravidão, assim, a saúde mental de negros é afetada, configurando-se como uma problemática histórica (Silva 2018), as repercussões do racismo impactam diretamente na saúde da população preta e parda, sendo a discriminação racial fator determinante para o desenvolvimento de transtornos mentais, bem como ansiedade e depressão (Araújo; Soares, 2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e tendo como base a pergunta norteadora deste estudo: “as pessoas pretas e pardas sofrem com as experiências de discriminação racial no cotidiano delas e em que medida isto repercute na saúde mental?”, evidenciou-se que a população preta e parda constantemente sofre com experiências de discriminação racial em diversos espaços e compartilham essas vivências com outras pessoas. O público-alvo deste estudo, também, preocupa-se com o tratamento injusto que eles e outras pessoas sofrem em razão da cor e raça, durante a vida, pois as pessoas pretas e pardas sofrem com pelo menos uma experiência de discriminação racial.

O ambiente escolar se mostrou-se como espaço propício a acontecer atos de discriminação racial, como também palco para o levantamento de pautas antirracistas. Assim, abordar o assunto em ambiente onde os adolescentes estão frequentemente inseridos, pode facilitar a procura de ajuda vinda de profissionais ou outros colegas.

Além disso, compreende-se a discriminação racial como fenômeno que repercute nas relações sociais das pessoas pretas e pardas, as práticas racistas podem acometer a saúde mental, provocando baixa autoestima, distorção de imagem, complexo de inferioridade, sentimento de impotência, desencadeando medos, traumas e culminam também em depressão, ansiedade e outras doenças mentais. Os dados obtidos nesta pesquisa possibilitaram compreensão profunda e subjetiva das experiências sociais enfrentadas no dia a dia pelos indivíduos pretos e pardos.

Salienta-se que o estudo mostra o fato de pretos e pardos se preocuparem com tratamentos injustos, assim, não se sentem seguros ou representados. Portanto, destaca-se que esta realidade pode ter impacto sobre a saúde psicológica, emocional e física, e, conseqüentemente, ocasionar estado de estresse, com diversos efeitos deletérios. Assim, é imprescindível a criação de políticas públicas voltadas à população preta e parda, de modo a fortalecer as redes de proteção social e diminuir as vulnerabilidades vivenciadas, a partir da discriminação racial.

Porém, apesar de ser assunto de relevância, existem poucos estudos que abordam a temática, no entanto, é necessário ser pautado. As limitações deste estudo se referem à impossibilidade de contato direto com os participantes do estudo, por ter acontecido durante a pandemia da Covid-19 e dificuldade de encontrar pessoas interessadas em participar da pesquisa.

Neste trabalho, grande parte dos participantes foram estudantes, assim, surge a necessidade de se pesquisar sobre os efeitos do racismo sofridos por estudantes, além disso, faz-se necessária a realização de novos estudos que façam comparações entre raças, branco, preto, pardo, indígena e amarelo e as relações com os níveis de saúde mental, para identificar e comparar a saúde mental de cada público em associação com a cor/raça.

Por fim, destaca-se a importância de se debater sobre a temática, o racismo que hoje acontece de forma mais velada que está longe de ser erradicado, e as consequências geradas por ele afetam consideravelmente as relações sociais, tendo repercussões também na saúde mental.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, A. A.; BULHÕES, L. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Eds.), 2016.
- ABRANTES, A. A.; BULHÕES, L. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. *In*: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FRACCI, M. G. D. (Orgs.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2016. p. 241-266.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: s/e, 2018.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMAR, P. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. *In*: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. (Orgs.). **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 229-281.
- ANDRADE, E. R.; MOTÉ, L. S.; RIBEIRO, M. A.; SOUSA, P. S.; SIQUEIRA, R. L. R. Reflexões sobre questões étnico raciais dos jovens negros no município de campos dos Goyatazes. **Humanas Sociais e Aplicadas**, [S. l.], v. 9, n. 26, p. 98-112, 2019. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1920. Acesso em: 16 maio. 2024.
- ANJOS FILHO, N. C.; NEUFELD, C. B. **Considerações clínicas no tratamento psicológico de indivíduos que sofrem com o trauma racial**. Blog do Artmed [Site]. 2024. Disponível em: <https://www.artmed.com.br/artigos/trauma-racial-consideracoes-clinicas-no-tratamento-psicologico>. Acesso em: 18 maio. 2024.
- ANUNCIACÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n.1, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1094479>. Acesso em: 4 nov. 2023.
- ARAÚJO, D. S.; SOARES, M. Z. S. Dores, Medos e Abandonos: As Implicações do Racismo na Saúde Mental de Pessoas Pretas. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 5, 2023. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2755>. Acesso em: 18 maio. 2024.
- ASSIS, D. N. C. Corpos negros e representação social no brasil: uma discussão de gênero e raça. **Revista da ABPN**, [S.l.], v. 9, n. 21, p.123-134, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/abpn,+Gerente+da+revista,+011+-+corpos+negros.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio**: informando para prevenir. Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hc-ufu/comunicacao/noticias/setembro-amarelo-do-hc-ufu-traz-aco-es-de-capacitacao-para-os-trabalhadores/cartilha/view>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BARBOSA, P. A violência social e o genocídio da juventude negra do Brasil. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 146–166, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/66222>. Acesso em: 23 set. 2023.

BARROS, S.; SANTOS, J.C; CANDIDO, B.P.; BATISTA, L.E.; GONÇALVES, M. M. Atenção à saúde mental da criança e adolescentes negros e o racismo. **Interface**, Botucatu, v. 26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/sGnqjtFwzdJpdhrVGT7qFtf/#>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BATISTA, W. M. A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, n. 9, v.4, p. 2581-2589, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nkt6FjJDWMvfV7DsqrBY4XK/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BERNADINO-COSTA, J. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas**, [S.l.], v. 16, n. 3, p. 504-521, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/Gy3hNTtTpgyKWttsz4L674C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BERNARDO, L. D.; TOZATTO, A. Racismo e saúde mental da população negra no brasil: notas para uma psicologia contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE**, [S.l.], v. 8, n.12, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/\[31\]-RACISMO+E+SAÚDE+MENTAL+DA+POPULAÇÃO+NEGRA+NO+BRASIL-++NOTAS+PARA+UMA+PSICOLOGIA+CONTEMPORÂNEA.pdf](file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/[31]-RACISMO+E+SAÚDE+MENTAL+DA+POPULAÇÃO+NEGRA+NO+BRASIL-++NOTAS+PARA+UMA+PSICOLOGIA+CONTEMPORÂNEA.pdf). Acesso em: 29 abr. 2024.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1988. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, 2021. Disponível em: <https://ojs.revistasunipar.com.br/index.php/empresarial/article/view/8346>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Lei N° 10.216 de 6 de abril de 2001, Política Nacional de saúde Mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/politica-nac-saude-mental.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Portaria número 992, 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. **Diário Oficial da União**, 14 de maio de 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Lei n° 12.228. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.** Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Lei n° 12.852.** Dos direitos e das políticas públicas de juventude. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude, **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil.** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 07 de Abril de 2016.** Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens e jovens negros: 2012 a 2016.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018a. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsms/resource/pt/mis-39972>. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL. Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde. **Folha Informativa.** Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde, 2018b. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjf4uzB5t2CAxUbLrkGHW7YDqAQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fobitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf&usg=AOvVaw028YluCsMtpi43RJeU3jyX&opi=89978449. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL. **Pacto pela inclusão social de jovens negras e negros no mercado de trabalho de São Paulo**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018c.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2018d. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/plano-juventude-viva-um-levantamento-historico/#:~:text=Este%20Plano%20promove%20e%20integra,na%20política%20de%20segurança%20pública>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Circular nº 2/2021. orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual**. Brasília: Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim temático da biblioteca do Ministério da Saúde. **Saúde da População Negra**, v. 2, 2022. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14. 532, de 11 de janeiro de 2023**. Que altera a Lei nº 7. 716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. 11 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental#:~:text=Pode-se%20afirmar%20que%20a,em%20saúde%20para%20toda%20população>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRITO, M. Suicídio é maior entre adolescentes e jovens negros. **NUPAD Faculdade de Medicina UFMG**, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/suicidio-e-maior-entre-adolescentes-e-jovens-negros/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRITO, V. C. A.; BELLO-CORASSA, R.; STOPA, S. R.; SARDINHA, L. M. V.; DAHL, C. M.; VIANA, M.C. Prevalência de depressão autorreferida no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e 2023. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/ress/2022.v31nspe1/e2021384/pt>. Acesso em: 16 maio. 2024.

CABRAL, J.D. *et al.* Reflexão teórica sobre as implicações do racismo na saúde mental. *In*: PESSALACIA, J. D. R. *et al.* (orgs.). **Temas transversais para a formação médica** [recurso eletrônico]: reflexões teóricas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020. p.74-86.

CAMPOS, M. A. S.; PEREIRA, L. J.; SOUZA, C. M. A cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio: uma experiência de resistência e silêncios do PNFEM. **Revista GeoPantanal**, Pantanal, v. 25, 147–164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/5157>. Acesso em: 21 out. 2023.

CANDIDO, B.P.; BARROS, S.; RÉGIO, L.; BALLAN, C.; OLIVEIRA, M. A. F. The race/color question in the care process in a psychosocial care center for children and adolescents. **Rev Esc Enferm USP**, São Paulo, v. 56, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/tZNb9qhvchpxFWys4vHH33D/#>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CARAPELLO, R. O racismo camuflado pelo bullying. **Revista Educação - UNG-Ser**, [S.l.], v.15, n.1, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4018>. Acesso em: 22 out. 2023.

CAVALCANTE, A. R. **Corpos enforcados, destroçados e desaparecidos: violência contra jovens negros em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2019.

CECCHETTO, F.; MONTEIRO, S. Discrimination, color and social intervention among youth in the city of Rio de Janeiro (RJ, Brazil): the male perspective. **Revista Estudos Feministas**, Belém, v.14, n.1, 199–218, 2006. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200006. Acesso em: 22 out. 2023.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. Democracia racial e homicídio de jovens negros na cidade partida. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, Texto para Discussão, n. 2267, 2017. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

CLARK, R.; ANDERSON, N. B; CLARK, V. R; WILLIAMS, D. R. Racism as a stressor for African Americans. **A biopsychosocial model. Am Psychol**, EUA, v. 54, n. 10, p. 805–816, 1999. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10540593/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CORDEIRO, R. C.; FERREIRA, S. L. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 352–358, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/kTwJFYLf3CK746BLNSBQHSn/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2023.

CORREIA, G. M. **A denúncia ao racismo em letras de músicas brasileiras: uma análise linguística e discursiva**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Instituto Federal do Espírito Santo, Venda Nova do Imigrante. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1106>. Acesso em: 1 fev. 2024.

COSTA, A. F.; BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B.; BENICIO, L. F. S.; MOREIRA, M. G. R. Dispositivo de Segurança e Racionalidade Necrobiopolítica: Narrativas de Jovens Negros de Fortaleza. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 40, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1155156>. Acesso em: 23 out. 2023.

COSTA, A. P.; MARTINS, C. H. S.; SILVA, H. C. Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dCVDDgWxGdykbWLxXWfWbz/>. Acesso em: 24 out. 2023.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: produção bibliográfica brasileira nos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2023.

DAVID, E. C. **Saúde Mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infante Juvenil**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21029/2/Emiliano%20de%20Camargo%20David.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FARIAS, J. W. F.; SOUSA, R. S.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W. S.; FERREIRA, S. C. Racismo e julgamento social na internet: crianças e jovens negros como alvos. **Revista de Psicologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, 119–128, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27994>. Acesso em: 25 out. 2023.

FATTORE, G. L. **Discriminação racial auto referida, stress psicossocial e sintomas asmáticos em crianças de Salvador**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FATTORE, G. L.; TELES, C. A.; SANTOS, D. N.; SANTOS, L. M.; REICHENHEIM, M. E.; BARRETO, M. L. Validade de constructo da escala *Experiences of Discrimination* em uma população brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/N4GNx3kW4n7DyVGkSVGfzZb/abstract/?lang=pt#ModalTutor>. Acesso em: 2 nov. 2023.

FAUSTINO, M. D.; OLIVEIRA, M. C. Frantz fanon e as máscaras brancas da saúde mental: subsídios para uma abordagem psicossocial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Esp., p. 6–26, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1110>. Acesso em: 15 maio. 2024.

FERREIRA, R. F.; CAMARGO, A. C. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 31, n. 2, p.374–389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CppZVMlFcpHtFr7WCNPgpGq/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FRANCISCO, M. C. O Corpo nas Relações Raciais: subjetividade na interrelação entre negros e brancos. **Revista latino-americana de psicologia corporal**, [S.l.], v. 6, n. 9, p. 179–202, 2019. Disponível em: <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/90>. Acesso em: 24 abr. 2024.

FREDRICH, V.C.R; COELHO, I.C.M; SANCHES, L.C. Desvelando o racismo na escola médica: experiência e enfrentamento do racismo pelos estudantes negros na graduação em Medicina. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, São Paulo, v.20, p. e00421184, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/kZHZN7qXTLVjYXnc7HP/>. Acesso em: 30 out. 2023.

GALVÃO, M. C.B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construções e critérios de avaliação. **Revista C. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320217447_Metodos_de_pesquisa_mistos_e_revisoes_de_literatura_mistas_conceitos_construcao_e_critérios_de_avaliacao. Acesso em: 28 out. 2023.

GALVÃO, T. F; PANSANI, T. S. A; Harrad D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, São Paulo, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2017.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. M. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-46982018000100207&script=sci_abstract. Acesso em: 25 ago. 2023.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2023.

GOMES, N. L; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da Crueldade: Racismo e extermínio da juventude negra. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/yyLS3jZvjzrvqQXQc6Lp9k/#>. Acesso em: 19 nov. 2023.

GONÇALVES, W.; COELHO, D. C.; VIEIRA, A. S.; SILVA, P. C. D.; FILIPE, A. R. T. M.; SHITSUKA, R. Danos causados pelo racismo por meio de termos linguísticos na saúde mental da população negra e a importância da psicologia preta para esse público: uma educação para as escolas. **Revista de Casos e Consultoria**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 111-125, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/22407>. Acesso em: 24 set. 2023.

GOULART, R. A. **O enrolar dos fios: Conhecendo histórias de mulheres negras.** Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/riu/6908>. Acesso em: 23 abr. 2024.

GRANDA, A. **Estudo diz que negro tem maior chances de sofrer abordagem policial.** Agência Brasil, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-07/estudo-diz-que-negros-tem-maior-chance-de-sofrerem-abordagem-policial>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GUIMARÃES, A. C.; PINTO, J. M. de R. Discriminação racial na escola: vivências de jovens negros. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 512-524, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115745>. Acesso em: 12 set. 2023.

HIRCHI, F. P. A.; HIRCHI, C. C. P. B.; MONTEIRO, M. C. B. B. Políticas Públicas Versus Racismo Estrutural e Necropolítica no Brasil. **Revista de Direito**, Vitória, v. 13, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11663>. Acesso em: 31 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo 2022.** 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/07/ibge-populacao-autodeclarada-preta-cresce-324percent-no-brasil-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IGNÁCIO, M. V. M.; MATTOS, R. A. O Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental do Ministério da Saúde: A saúde mental da população negra como questão. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 43, p. 66-78, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019001300066&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio. 2024.

IGNÁCIO, M. V.M.; MATTOS, R. A. O grupo de trabalho racismo e saúde mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão. **Saúde Debate**, São Paulo, v. 43, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/bZk5zrYsFQK9DC3kngVdRms/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 23 set. 2023.

JESUS, R. E. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: esteriótipos, silenciamento e invisibilização. **EDUR**, [S.l.], n. 34, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rzs7bGtj4LKQSCkqz8rMdvD/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

KEVIN, M; SIMON, M. D. Mitigating the Negative Mental Health Impact of Racism on Black Adolescents— A Preventive Perspective. **JAMA Netw Open**, EUA, v.6, n. 11, 2023. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2811175>. Acesso em: 22 nov. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOGAN, S. M.; KWON, E.; BRODY, G. H.; AZARMEHR, R. M. A.; RECK, A. J. M. S.; TRACY, A.; MEGAN, M. P.A. S. Family-centered prevention to reduce discrimination-related depressive symptoms among Black adolescents: secondary analysis of a randomized clinical trial. **JAMA Netw Open**, EUA, v.6, n. 11, 2023. Disponível em: https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2811173?utm_campaign=articlePDF&utm_medium=articlePDFlink&utm_source=articlePDF&utm_content=jamanetworkopen.2023.40577. Acesso em: 22 nov. 2023.

KRIEGER, N. Does racism harm health? Did child abuse before 1962? On explicit questions, critical science, an current controversies: an ecosocial perspective. **Am J Public Health**, EUA, v. 93, p. 194-199, 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1447716/>. Acesso em: 20 out. 2023.

KRIEGER, N. Embodying inequality: a review of concepts, measures and methods for studying health consequences of discrimination. **Internacional Journal Health Services**, EUA, v. 29, n. 2, p. 295-352, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2190/M11W-VWXE-KQM9-G97Q>. Acesso em: 02 nov. 2023.

LAGE, D. G. V.; COTA, D. A. Juventude negra periférica e direito à cidade: um estudo de caso. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 26, n. 39, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/PUC_MINS-8_6ad10c9a0571b27560b8b405440b7cba. Acesso em: 27 out. 2023.

LIMA, J. L. S. **Análise da questão racial no atendimento em saúde mental em CAPS II do Distrito Federal**. 2017. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMA, M. E. O. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.

LIMA, M. **O Preconceito racial e a trajetória de escolarização na perspectiva de adolescentes e jovens negros**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Brasília, 2016.

LOPES, V. S. Colonialidade e inferioridade do conhecimento. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 32-44, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/9283-41293-1-PB.pdf>. Acesso em: Acesso em 18 de maio. 2024.

MACHADO, J. C.; BAZANINI, R.; MANTOVANI, D. M. N. The myth of racial democracy in the labour market: a critical analysis of the participation of afro-descendants in brazilian companies. **Organizações & Sociedade**, EUA, v. 25, n. 87, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/n9wbVzPRV4nKsbz8jDVHCFp/>. Acesso em: 27 out. 2023.

MARTINS, C. M.; MARQUES, R. T.; LINHARELHOS, M.; MARTINS, I. C. Sentir-se seguro e amado na escola: gentle teaching em contexto educativo. **Gestão e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 29, p. 133-158, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/9784>. Acesso em:

31 jan. 2024.

MARTINS, T. V.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W. S. Os efeitos das microagressões raciais de gênero da saúde mental de mulheres negras. **Ciênc Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/rZVyRBJ5p7ytGxYj3GyxPXN/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MARTINS, Z.; BASTHI, A.; JULIE, R.; MOURA, A.; MICHELLE, L. Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade. **Revista Eco-Pós**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 122–146, 2018. Disponível em:

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/20276. Acesso em: 31 jan. 2024.

MATA, V. P.; PELISOLI, C. L. Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. **Revista Brasileira de Psicologia**, Brasília, v. 3, n. 1, 2016.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7211945/mod_resource/content/1/1841-465-PB%20%281%29.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

MELLO, L.; CARVALHO, A. P.; ZARELLI, P. R.; CRUZ, M. A. Uma revisão sistemática de literatura sobre o negro no mercado de trabalho. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, [S. l.], v. 19, n. 36, p. 53-63, 2020. Disponível

em:<https://saber.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/19425>. Acesso em: 7 abr. 2024.

MENDONÇA, F. **Implicações psicossociais do preconceito e do racismo em estudantes africanos da universidade da integração Internacional da lusofonia afro-brasileira**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2017.

MONTEIRO, S.; CECCHETO, F. Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. **Cadernos pagu**, [S.l.], n. 32, p. 301-329, 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/f6NNgbTHP4gT4Nmn8sDbVgb/?lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOTA, B. C. **Na teia do racismo: trauma coletivo e complexo cultural... marcas do Brasil negro!** 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14532>. Acesso em: 2 mar. 2024.

NASCIMENTO, C.M. **A literatura africana de expressão portuguesa e a construção da identidade afro-brasileira**. 2019. Disponível em:

https://www.revistadoisat.com.br/numero11/1%20Carolina_Literatura_Africana.pdf. Acesso em: 18 maio. 2024.

OLIVEIRA RAMOS, D.; GOES, E. F.; FERREIRA, A. J. F. Intersection of Race and Gender in Self-Reports of Violent Experiences and Polyvictimization by Young Girls in Brazil. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, Suíça, v.9, n.4, p.1506-1516, 2021.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34173224/>. Acesso em: 28 out. 2023.

OLIVEIRA, A. W. C. Recuperação da informação em saúde. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Sergipe, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13447>. Acesso em: 28 out. 2023.

OLIVEIRA, E. N. *et al.* Discriminação Racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 10, n. 14, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22013>. Acesso em: 01 fev. 2024.

OLIVEIRA, E. N.; RODRIGUES, C. S.; COSTA, A. B. DOS S.; OLIVEIRA, F. R.; CORDEIRO, J. W. DE P.; ALVES, P. L.; CAMPOS, M. P.; LIMA, G. F.; AMEIDA, P. C. DE. Experiências de discriminação racial e racismo contra estudantes negros no Brasil. **Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 32, p. 163-189, 2024. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/16118>. Acesso em: 15 maio. 2024.

OLIVEIRA, J. D.; BORTOLUCCI, M. A. Neste Espaço Preto não circula!: conflitos urbanos no pós-abolição. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 132-144, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/141144>. Acesso em: 7 fev. 2024.

OLIVEIRA, L.D.; AZEVEDO, C. F. Impactos do Racismo Institucional na saúde dos adolescentes negros assistidos em unidades de saúde da família de Salvador e Região metropolitana: relato de experiência. **Reflexões e saberes em tempos de pandemia da COVID-19**, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/negras/article/view/3007>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Organização Panamericana de Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001: saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Genebra: OPAS/ OMS, 2001.

PAIVA, P. D.; SILVA, V. M.; MOURA, R. S. Detecção automática de discurso de ódio em comentários online. *In: Anais... ESCOLA REGIONAL DE COMPUTAÇÃO APLICADA À SAÚDE*, 7., p. 157–162, 2019.

PALHARES, I. Negros são 71,1% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 de julho, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2024.

PANJOTA, D.; RODRIGUES, E.; ABRANTES, D. O Negro e o racismo no Brasil: Ênfase nas consequências psicológicas. *Revista Arquivos Científicos*, v. 2, n. 2, p.16-22, 2019. DÓI: <https://doi.org/https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n2p16-22>. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/191>. Acesso em: 03 marc. 2024.

PANTA, M. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**, [S.l.], v. 33, n.1, p.79–100, 2019. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1521>. Acesso em: 29 out. 2023.

PAVÃO, A.L.B.; PLOUBIDIS, G.B.; CAMPOS, M. R. Racial Discrimination and Health in Brazil: evidence from a population-based survey. **Etnia Dis.**, EUA, v. 22, n. 3, p. 353-359, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22870581/>. Acesso em: 20 out. 2023.

PIMENTA, M. M. Juventude e violência. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Eds.). **Crime, polícia e justiça no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2014. p. 265–275.

PEREIRA, A. A.; LIMA, T. C. S. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, [S.l.], v. 9, n. 4, p.1-30, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbep/a/KVxs4GMXNYmSLKsnFZxcgvF/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2024.

PINTO, M. C. C.; FERREIRA, R. F. Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da Pessoa Negra. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, Minas Gerais, v. 9, n. 2, p. 256–266, 2015. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/933. Acesso em: 21 abr. 2024.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de evidências para a prática da enfermagem.** 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PRIORI, J. Mercado de trabalho, racismo e consumo: trabalhadores negros em shoppings centers. **Contemporânea**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 351-356, 2020. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.140>. Acesso em: 1 fev. 2024.

PSIQUE NEGRITUDE. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Conselho Federal de Psicologia. **Carta aos gestores e participantes do Encontro Nacional da Rede de Atenção Psicossocial**, 4-6 de dezembro de 2013. Curitiba, 2013. Disponível em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/478/fpGszk9TI_7XIP7FYLYQy38IMPVrD4azE.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

QUEIROZ, R. C. S. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/9475-37735-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, G. S.; CAMPOS, M. C. Labor Market and racism: view of graduates from the racial quota system of the Universidade Estadual de Londrina. **Geopauta**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/8071>. Acesso em: 7 fev. 2024.

ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia e saúde.** 8 ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2017.

SÁ, I. C.; SOUSA, A. A. R.; BARBOSA, C. E. S.; ALMEIDA, S. M. C.; SILVA, G. M. Impactos na saúde mental da população negra provocadas pelo racismo. **Brazilian Journal of Case Reports**, [S. l.], v. 2, n. Suppl.3, p. 112–117, 2022. Disponível em: https://bjcasereports.com.br/index.php/bjcr/article/view/conais22_112_117. Acesso em: 29 abr. 2024.

SANTANA, L. J.; PURIFICAÇÃO, M. M.; TORRES, C. R. O. V. Corpos negros no chão x corpos negros no trono: espaços de poder e os negros no brasil. **RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades–Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, [S.l.], v.5, n. 2, p. 8-19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/6788/4777>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SANTO, E. F.; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo? jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 26–37, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672011000300004. Acesso em: 29 out. 2023.

SANTOS, A. O. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As**, ABPN, v. 10, n. 24, p.241–259, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583>. Acesso em: 4 mar. 2024.

SANTOS, G. C.; BRISOLA, E. B. V.; MOREIRA, D.; TOSTES, G. W.; CURY, V. E. Impactos do racismo nas vivências de mulheres negras brasileiras: Um estudo fenomenológico. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 43, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nRcgBJp7zvGQtBr3vM37zNr/?lang=pt#>. Acesso em: 16 maio. 2024.

SANTOS, J. E.; COSTA, I. I. Vida contada, vida vivida: racismo e sofrimento psíquico. **Revista Serv. Soc. Soc.**, [S.l.], v. 146, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vW5wZgF8rRcs6zxQP79VZCD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, A. V. **Impactos do racismo na saúde mental da população negra: revisão integrativa de literatura**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-1247790>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SILVA, B.B.B. **Racismo, subjetivação e sofrimento psíquico: as implicações do racismo na saúde mental da população negra brasileira**. 2023. 88f. Monografia (Curso de Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, 2023.

SILVA, M. C. O impacto do racismo na saúde mental das vítimas. **Psicologia.pt- O Portal dos Psicólogos**, 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1229.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

SILVA, M. A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. *In: Cavalleiro, E. (Ed.). Racismo e anti-racismo na educação– repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2001. p.65-82.

SILVA, M. C. Racismo: Um trauma coletivo não considerado. **Revista latino-americana de psicologia corporal**, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 38–57, 2021. Disponível em: <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/116>. Acesso em: 18 maio. 2024.

SILVA, M. N. **Nem para todos é a cidade**: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, M. Segregação racial e a saúde mental da população negra macapaense. **Revista Arquivos Científicos**, IMMES, v. 4, n. 1, p. 38 - 46, 2021. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/492>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, S. S.; FEIJÓ, L. P.; FARIAS, T. M.; POLETTO, M. Parecer Branco para não Ser discriminado? Revisão Sistemática sobre Estratégias de Embranquecimento. **PSI UNISC**, Santa Catarina, v. 4, n. 2, p.114-130, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/14829>. Acesso em: 1 fev. 2024.

SILVERIO, D.; NUNES, K. C.; SILVA, R. A.; OLIVEIRA, V. B. M. Resistência e denúncia contra o racismo/machismo nas vozes de poetas mulheres negras. **Travessias**, [S.l.], v. 14, n. 3, p.223-236, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/26349>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, v. 64, p.15-26, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2018000200015. Acesso em: 30 out. 2023.

SMOLEN, J. R.; DE ARAÚJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RJbPdTCPbgSFcMpMYjhb8Fv/?format=pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>. Acesso em: 30 out. 2023.

TAVARES, J. S. C.; FILHO, C. A. A.J.; SANTANA, E. F. Por uma política de saúde mental da população negra no SUS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros(as)**, [S.l.], v. 12, p. 138-151, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1118/948>. Acesso em: 15 maio. 2024.

URSI, E. S.; GAVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n.1, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/7hS3VgZvTs49LNX9dd85VVb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2023.

VALENTE, R. R. The vicious circle: effects of race and class on university entrance in Brazil. **Race Ethnicity and Education**, EUA, v. 20, n. 6, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13613324.2016.1150824>. Acesso em: 01 nov. 2023.

VIEIRA, A. D. S.; OSTETTO, L. C. 16 anos depois da lei 10.639/03: ouvindo meninos e meninas (negros e não negros) de uma escola do extremo sul catarinense. **Revista Saberes Pedagógicos**, São Paulo, v.4, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/6186/5450>. Acesso em: 01 out. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 19 out. 2023.

WALTER, S. K. **Relações Étnico-Raciais na Escola**. 2017. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1410-8.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

WILSON, T. K.; RILEY, A.; KHETARPAL, S. K; ABERNATHY, P.; BOOTH, J.; CULYBA, A. J. Exploring the Impact of Racism on Black Youth: A Multidimensional Examination of Discriminatory Experiences Across Place and Time. **J Adolesc. Health**, EUA, v. 72, n. 2, p. 246-253, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10124122/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a) jovem negro (a), você está sendo convidado (a) a participar de maneira voluntária da pesquisa intitulada: “EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO SOFRIDAS PELA JUVENTUDE NEGRA”, desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa Saúde Mental e Cuidado, sob a coordenação da Profa. Dra. Eliany Nazaré Oliveira. A pesquisa objetiva analisar as experiências de discriminação sofridas por jovens negros e negras.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações, você tem plena autonomia para decidir participar desse estudo. Caso aceite, você deverá autorizar sua participação por meio deste Termo de Consentimento Livre Esclarecido assinalando " sim" no final desta sessão. Estamos convidando jovens negros com idade entre 18 e 29 anos.

Informações sobre o estudo: Nesta pesquisa, você terá que responder seus dados sociodemográficos na 1ª seção e na 2ª seção um questionário sobre suas Experiências de Discriminação. Para isso, você utilizará cerca de 10 minutos. Quanto aos riscos, existe a possibilidade de alguns jovens podem apresentar um certo desconforto psicológico ao responderem questionamentos relacionados à temática, em que sentimentos de tristeza e frustração podem emergir durante a aplicação do instrumento devido as experiências negativas de discriminação. Entretanto, acredita-se que as perguntas que integram esta pesquisa podem trazer mais benefícios do que efeitos desagradáveis, pois a expressão de sentimentos e comportamentos são ferramentas para o enfrentamento de possíveis experiências similares.

Condições e financiamento: A sua participação no estudo não acarretará nenhum custo para você, sendo totalmente voluntária. Você poderá recusar ou abandonar a sua participação a qualquer momento da pesquisa sem que haja qualquer prejuízo para você. Esclarecemos que este estudo é totalmente financiado pelos pesquisadores, os quais assumem a ausência de conflitos de interesse. Confidencialidade: Toda a sua informação será recolhida e tratada de forma codificada e confidencial. Não haverá qualquer divulgação ou comunicação de resultados individuais. Os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados para este estudo, apenas os investigadores envolvidos no projeto terão acesso aos seus dados e estão obrigados a manter total sigilo das informações e anonimato dos investigados.

Acredita-se que os resultados poderão auxiliar no planejamento de ações direcionadas à promoção de campanhas de atitudes positivas envolvendo jovens negros do Brasil, além de criação de estratégias de intervenção para o bem-estar desta população.

Para quaisquer informações adicionais ou dúvidas sobre a pesquisa entre em contato com a Profa. Eliany Nazaré Oliveira, coordenadora do estudo, telefone (88) 36774240 ou e-mail: elianyy@gmail.com. ou o(a) Sr.(a) pode procurar o Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, situado na Avenida Comandante Maurocélvio Rocha Pontes, nº 150, Bairro Derby, CEP: 62041040. Sobral-Ceará. Telefone: 3677-4255. E-mail: comite_etica@uvanet.br. Desde já gostaríamos de agradecer a atenção a nós destinada e sua colaboração no estudo.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Coordenação do estudo

Eliany Nazaré Oliveira

ANEXO A - ESCALA DE EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO

Validado para utilização por Fattore *et al.* (2016)

RESPOSTA A TRATAMENTO INJUSTO

I) Se você sente que está sendo tratado injustamente, você geralmente:

- a) Aceita isto como um fato da vida
- b) Tenta fazer alguma coisa contra isto

II) Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente:

- a) Fala com outras pessoas sobre isto
- b) Guarda isto consigo mesmo

DISCRIMINAÇÃO

Alguma vez sofreu a experiência de discriminação, sendo impedido de fazer alguma coisa, ou sentiu-se incomodado, ou levado a sentir-se inferior em algumas das seguintes situações por causa da sua raça, etnia ou cor? Quantas vezes isso aconteceu para cada situação seguinte?

	1- Nunca	2- Uma vez	3- Duas ou três vezes	4- Mais de quatro vezes
a) Na escola				
b) Ao procurar emprego				
c) No trabalho				
d) Ao comprar uma casa				
e) Procurando cuidados médicos				
f) Solicitando serviço em loja ou restaurante				
g) Ao pedir crédito ou empréstimo bancário				
h) Na rua ou em estabelecimento público				
i) Pela Polícia ou no Fórum				

PREOCUPAÇÃO

Responda de acordo com as seguintes opções:

	1- Todo o tempo	2- Alguma parte do tempo	3- Raramente ou nunca
a) Quando você era criança ou adolescente (menor de 18 anos), você se preocupava com as pessoas do seu grupo racial por			

	1- Todo o tempo	2- Alguma parte do tempo	3- Raramente ou nunca
serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?			
b) No último ano, você se preocupou com as pessoas do seu grupo racial por serem tratadas injustamente por causa da raça ou cor da pele?			
c) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?			
d) No último ano, você se preocupou com experiências de tratamento injusto por causa da sua raça ou cor da sua pele?			

QUESTÕES GLOBAIS

Responda de acordo com as seguintes opções:

	1.Nunca	2. Raramente	3. Às vezes	4. Frequentemente
a) Com que frequência você sente que pessoas que não são brancas são discriminadas? Escolha o número que melhor representa o que você sente				
b) Com que frequência você sente que você pessoalmente tem sido discriminado por causa da sua raça ou cor? Escolha o número que melhor representa o que você sente				

QUEIXA APRESENTADA

Alguma vez você prestou queixa por causa de discriminação racial?

- a) Sim
- b) Não

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO SOFRIDAS PELA JUVENTUDE NEGRA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, CEARÁ

Pesquisador: ELIANY NAZARÉ OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46979621.7.0000.5053

Instituição Proponente: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.831.239

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo exploratório descritivo transversal com abordagem quantitativa. O local do estudo será o município de Sobral, Ceará e os participantes serão jovens com idades entre 18 e 25 anos. Diante do cenário atípico causado pela pandemia do novo coronavírus e a obrigatoriedade do isolamento social, a identificação e abordagem dos participantes acontecerá através das redes sociais. O Facebook, Instagram e Twitter serão as bases iniciais de contato com o público alvo da pesquisa. A técnica de coleta de dados utilizada será a de Bola de Neve. Para eventuais perdas de informações, foi adicionada mais 10%, ficando, portanto, a amostra final de 253. O instrumento de coleta de dados será organizado e disponibilizado pelo Google Forms e terá facetas. A primeira, são as informações sociodemográficas; já a segunda, será a Escala de Experiências de Discriminação.

Continuação do Parecer: 4.831.239

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as experiências de discriminação sofridas por jovens negros e negras moradores da cidade de Sobral - Ceará.

Objetivo Secundário:

- Conhecer aspectos relacionados à discriminação nas relações sociais em seu município;
- Averiguar as preocupações relacionadas às injustiças por causa da raça ou cor da pele;
- Verificar se houve queixa por causa de discriminação racial;
- Identificar os motivos de não dar queixa;

-Verificar a existência de associação entre discriminação, preocupações, questões globais e queixa com as variáveis: socioeconômicas, estilo de vida, comportamentais, sujeito discriminador, sujeito causador de injustiça, prestou queixa e porque não prestou;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os participantes pode sofrer rsicos minimos, pois ao revelarem suas experiencias de discriminação racial podem apresentar sentimentos de triste ou revolta. A pesquisa oferecerá um suporte, com a indicação de serviços de saúde para os participantes que demonstrarem muito sofrimento psíquico ao falarem sobre suas experiências de discriminação. Este informará o seu e-mail de contato para que nossa equipe indique os locais de atendimento em saúde mental.

Benefícios: Os resultados do estudo poderão contribuir com a discussão sobre a discriminação racial na cidade e alertar para sua existência. A pesquisa oferecerá um suporte, com a indicação de serviços de saúde para os participantes que demonstrarem muito sofrimento psiquico ao falarem sobre suas experiências de discriminação. Este informará o seu e-mail de contato para que nosso equipe indique os locais de atendimento em saúde mental

Endereço: Av Comandante Maurocélío Rocha Ponte, 150			
Bairro: Derby	CEP: 62.041-040		
UF: CE	Município: SOBRAL		
Telefone: (88)3677-4255	Fax: (88)3677-4242	E-mail: uva_comitedeetica@hotmail.com	

Continuação do Parecer: 4.831.239

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem comentários

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os termos estão adequados

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1751417.pdf	07/06/2021 04:36:20		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE0706.pdf	07/06/2021 04:35:25	ELIANY NAZARÉ OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO0706.pdf	07/06/2021 04:34:07	ELIANY NAZARÉ OLIVEIRA	Aceito
Outros	instrumento.pdf	11/05/2021 04:50:45	ELIANY NAZARÉ OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	11/05/2021 04:41:38	ELIANY NAZARÉ OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SOBRAL, 06 de Julho de
2021

Assinado por:
Luiz Vieira da Silva Neto
(Coordenador(a))

ANEXO C – DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, Luana Monteiro Rodrigues, graduada em Letras, pela Universidade Federal do Ceará, portadora do registro profissional nº 47862817/SEDUC-CE, realizei a revisão linguística e a normalização do Trabalho de Conclusão de Curso originalmente intitulado **Discriminação racial: experiências que repercutem na saúde mental de pretos e pardos**, sob autoria de Sabrina da Silva França e orientação da Prof.^a Dra. Eliany Nazaré Oliveira, apresentado ao Curso de Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual Vale do Acaraú, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Fortaleza, 1 de junho de 2024.



Prof.^a Luana Monteiro Rodrigues
Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará
(UFC). Especialista em Ensino de Língua Materna (UECE).
Especialista em Gestão Escolar (UECE).
Mestra em Ensino da Língua Portuguesa (UFC).
Portadora do Registro Profissional nº. 47862817/SEDUC-CE.
E-mail: rodrigues.esp@gmail.com/ luanamonteiro22@hotmail.com
Fone 85 984046530